

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO
DE 2014**

Rio de Janeiro - 2014



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do Exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições do IN TCU n° 63/2010, da DN TCU n° 134/2013, da Portaria TCU n° 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno, conforme Resolução 1832/2010.

Rio de Janeiro - 2014



Sumário:

Introdução	03
1 Identificação e atributos da entidade.....	04
2 Planejamento e Resultados Alcançados	06
3 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	43
4 Programação e execução orçamentária e financeira	48
5 Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.....	52
6 Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle	58
7 Informações contábeis.....	58
8 Outras informações sobre a gestão.....	62
Anexo I.....	63
Anexo II.....	64
Anexo III	65
Anexo IV	66
Anexo V.....	67
Anexo VI	68



Introdução:

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo CORECON-RJ em 2014, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2014 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada secretaria desta autarquia.

Em relação ao *check list* previsto no Anexo III da DN TCU nº 134/2013, informamos que os itens 5.2, 6.1, 6.3, 7.3 e 8 não se aplicam à realidade do CORECON-RJ.



1 – Identificação e atributos da entidade

1.1 – Identificação da Entidade:

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1a Região/RJ	
Denominação Abreviada: CORECON-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: guilherme@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, nº 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

1.2 – Identificação da Norma de Criação e das Demais Normas, Regulamentos e Manuais Relacionados à Gestão do Conselho:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ
- Resoluções CORECON-RJ nº 01/2014 (Renovação do 1º Terço do Plenário), nº 02/2014 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), nº 03/2014 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), nº 04/2014 (Designação da Comissão de Licitação), e nº 05/2014 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).

1.3 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

1.4 – Organograma Funcional:

Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infralegais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro-ações a ser implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2014
Presidência	Órgão responsável pelo macrogerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	Sidney Pascoutto da Rocha	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2014
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2014
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2014
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, de monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas, empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2014

	processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2014
Secretaria de Cursos	Encarregada de prospectar e coordenar a execução de cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Claudia Oliveira Colares Valentim	Secretária de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2014
Biblioteca	Responsável pela guarda e administração do acervo técnico, dos processos de registro e de fiscalização da Autarquia.	Elisiene Gomes da Silva e Silva	Bibliotecária	Janeiro a Dezembro de 2014

No Anexo I deste Relatório, está representado o organograma do CORECON-RJ considerando as relações e subordinações existentes entre o Plenário, o Presidente, as Secretarias e os setores do Conselho.

2 – Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 – Plano de Trabalho e Planejamento Estratégico

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2014 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 13 (treze) anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do CORECON-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:



- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira
- Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

2.2 – Ações Adotadas para Atingir os Objetivos Estratégicos:

2.2.1 – Valorização da Profissão

- 2.2.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal;
- 2.2.1.2 – contribuir para a realização do V Encontro de Economistas da Região Sudeste;
- 2.2.1.3 – monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento;
- 2.2.1.4 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional economista a partir da legislação existente;
- 2.2.1.5 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;
- 2.2.1.6 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado;
- 2.2.1.7 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;
- 2.2.1.8 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;
- 2.2.1.9 – realizar a quarta Gincana Estadual de Economia;
- 2.2.1.10 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico aos economistas em situação regular perante o Conselho;
- 2.2.1.11 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;
- 2.2.1.12 – promover premiação para livros e artigos publicados por economistas;
- 2.2.1.13 – premiar os melhores alunos de economia das universidades do Estado;
- 2.2.1.14 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças a partir da página na Internet;
- 2.2.1.15 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, a órgãos governamentais, empresas e terceiro setor;
- 2.2.1.16 – realizar campanha de esclarecimento junto aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação da profissão;
- 2.2.1.17 – aprimorar os mecanismos e a metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz e intensa, cobrindo desde a fase de preparação dos editais até a convocação dos aprovados para os cargos de economista;
- 2.2.1.18 – implantar banco de currículos na página do Conselho na Internet;

- 2.2.1.19 – implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet;
- 2.2.1.20 – implantar a oferta de correios eletrônicos aos economistas utilizando o domínio “corecon-rj.org.br”;
- 2.2.1.21 – ampliar em nossa página na Internet a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;
- 2.2.1.22 – manter a divulgação aos economistas, por e-mail, das principais notícias veiculadas pelos grandes jornais diários;
- 2.2.1.23 – criar Ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho;
- 2.2.1.24 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento;
- 2.2.1.25 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;

2.2.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

- 2.2.2.1 – aprimorar o sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;
- 2.2.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;
- 2.2.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes;
- 2.2.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;
- 2.2.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;
- 2.2.2.6 – continuar investindo na identificação e conseqüente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;
- 2.2.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;
- 2.2.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens dos economistas que nelas atuam;
- 2.2.2.9 – retomar as ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento dos governos do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde haja potencialmente o exercício de atividades privativas de economista;
- 2.2.2.10 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa tais como o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro; o Diário Oficial do Estado; jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;

- 2.2.2.11 – firmar convênio com a Junta Comercial do Estado e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade da ação anterior;
- 2.2.2.12 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades localizadas no Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;
- 2.2.2.13 – publicar versão atualizada da cartilha informativa sobre a ação da fiscalização, utilizando-a como parte das ações preventivas contra o exercício ilegal da profissão;
- 2.2.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, junto aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;
- 2.2.2.15 – concluir a reestruturação e consolidação do Manual de Rotinas e Procedimentos da Secretaria de Fiscalização;
- 2.2.2.16 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;
- 2.2.2.17 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado;
- 2.2.2.18 – triplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2012;
- 2.2.2.19 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;
- 2.2.2.20 – aprimorar o tratamento técnico necessário a condução de processos ético-profissionais;
- 2.2.2.21 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;
- 2.2.2.22 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização;

2.2.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

- 2.2.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;
- 2.2.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não-presenciais;
- 2.2.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho; manualizar seus procedimentos; sanear seus processos administrativos e arquivar o passivo documental;
- 2.2.3.4 – aprimorar os procedimentos, processos e fluxos internos;
- 2.2.3.5 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-se às normas estabelecidas;
- 2.2.3.6 – avançar no desenvolvimento de sistema de cadastro, cobrança de anuidades, controle contábil e financeiro, capaz de atender adequadamente as necessidades do Conselho;
- 2.2.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;
- 2.2.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;

- 2.2.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;
- 2.2.3.10 – digitalizar o acervo documental da entidade;
- 2.2.3.11 – reestruturar o arquivo de registros de forma a ampliar a capacidade de incorporação de novos processos;
- 2.2.3.12 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema;
- 2.2.3.13 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca;
- 2.2.3.14 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca;
- 2.2.3.15 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência;
- 2.2.3.16 – verificar se permanece em condição de uso o acervo da Biblioteca convertido de VHS para DVD;
- 2.2.3.17 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas, possibilitando o acesso a documentos não existentes em nosso acervo;
- 2.2.3.18 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet;
- 2.2.3.19 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional desenvolvida em 2010 ao conjunto dos empregados da Autarquia;

2.2.4 – Potencialização da capacidade financeira

- 2.2.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;
- 2.2.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;
- 2.2.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa e judicial de anuidades de exercícios findos;
- 2.2.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;
- 2.2.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;
- 2.2.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 209 recadastramentos, representando uma queda de 14% em relação ao exercício anterior.
- 2.2.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional;
- 2.2.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;



2.2.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

- 2.2.5.1 – realizar seminários sobre a economia regional;
- 2.2.5.2 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;
- 2.2.5.3 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;
- 2.2.5.4 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do CED;
- 2.2.5.5 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;
- 2.2.5.6 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca;
- 2.2.5.7 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;
- 2.2.5.8 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas guardem relação com a atuação profissional do economista;
- 2.2.5.9 – ampliar a visibilidade do CORECON-RJ nos meios de comunicação;
- 2.2.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos, priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas;
- 2.2.5.11 – criar nova página do Conselho na Internet;

2.3 – Resultados Alcançados:

2.3.1 - Projeto 1 – Valorização da Profissão

2.3.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal: Dentre as várias ações desenvolvidas cabe destaque para a levada a cabo no âmbito do Conselho Federal junto à Presidência do Instituto Nacional de Seguridade Social, com o objetivo de definir nos editais de seus concursos as atividades profissionais para as quais apenas os economistas estariam aptos. Do ponto de vista local, ressaltam-se os processos de fiscalização efetuados em todas as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

2.3.1.2 – contribuir para a realização do V Encontro de Economistas da Região Sudeste: O evento foi organizado pelo CORECO-MG e contribuímos financeiramente para sua realização.

2.3.1.3 – monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento: Participamos das principais discussões sobre a estratégia de tramitação do PLS no Senado e da negociação com os dirigentes do Conselho Federal

de Administração, objetivando a superação das resistências daquela categoria ao projeto de atualização da regulamentação da profissão do Economista.

2.3.1.4 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional economista a partir da legislação existente: No dia 13 de novembro de 2013 foi encaminhado, para análise da Secretaria Executiva, um esboço inicial do material que poderá ser fornecido aos estudantes de Ciências Econômicas no intuito de orientá-los sobre os aspectos legais da profissão, bem como em relação às principais atividades a ela pertinentes. A Secretaria de Fiscalização aguarda apreciação e aprovação da Administração para dar início a ação. Além disso, foi dada continuidade a ação junto às Prefeituras, cuja finalidade era verificar se as atividades de economia e finanças estavam sendo realizadas por profissionais habilitados, com formação em Ciências Econômicas e o devido registro em Conselho Regional de Economia. Tal ação serviu para detalhar o campo de atuação profissional do economista nas áreas de planejamento, execução e controle de políticas setoriais que visam o desenvolvimento dos Municípios. O resultado foi apresentado, em caráter informativo, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, através de Ofício enviado em janeiro de 2015.

2.3.1.5 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições: Foram estabelecidos contatos pontuais com os centros acadêmicos das Faculdades do Estado do Rio de Janeiro, mas não geraram nenhuma ação efetiva.

2.3.1.6 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: A ação estava programada para o ano de 2014, através do agendamento de uma reunião com os Coordenadores dos cursos de Economia. Entretanto, como houve mudanças na Secretaria de Fiscalização, a ação não pôde ser implementada e foi adiada para o exercício de 2015.

2.3.1.7 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado: A possível aproximação com as Universidades, que ocorreria a partir da implementação da ação 2.1.1.6, iria possibilitar o desenvolvimento desta ação. Assim, como a ação supracitada não foi realizada e adiada para o ano de 2015, a presente ação também foi adiada para o exercício seguinte.

2.3.1.8 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários: A ação foi incluída no bojo da de nº. 2.3.1.4.

2.3.1.9 – realizar a quarta Gincana Estadual de Economia: Com a saída do antigo Secretário de Fiscalização, ficou acordado que era mais aconselhável que a Gincana



Estadual de Economia continuasse sob responsabilidade da Secretaria de Administração e Finanças, atuando de forma conjunta com a Secretaria de Fiscalização.

Secretaria de Administração e Finanças: No dia 13 de agosto de 2014, foi realizada a quarta Gincana Estadual de Economia. Participaram da gincana estudantes de economia das faculdades AEDB – Associação Educacional Dom Bosco, UERJ, UFRJ, UFF, UFRRJ – Três Rios e UFRRJ – Nova Iguaçu. Os alunos da UFRRJ – Três Rios conquistaram o primeiro lugar e a UERJ ficou com a segunda colocação. A gincana proporcionou o ingresso de 9 novos estudantes de economia no cadastro do Conselho.

2.3.1.10 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico aos economistas em situação regular perante o Conselho: Durante o ano de 2014, o cumprimento deste item se deu através das seguintes ações:

1) Oferecimento de 10 cursos, onde 3 ocorreram.

Foram realizados pela própria Autarquia 03 cursos, concluídos por 41 alunos entre 50 matriculados. Destes, retirando uma repetição (aluno estudou em dois cursos), foram: 38 economistas registrados no CORECON-RJ; 01 economista registrado de outro estado (PE); 02 bacharéis em economia; 01 estudante de economia com registro e 01 estudante de economia sem registro.

Participaram também de nossos cursos outros 06 profissionais, sendo 03 administradores, um contador e uma matemática. Oferecemos apenas uma bolsa em 2014: para funcionário da Autarquia.

Cursos ministrados:

1.1 – Valuation: Introdução à Avaliação de Empresas com Modelagem Financeira em Excel

De 28 de abril a 11 de junho

Prof. Marco Antônio Monteiro

Público no início do curso: 16 alunos

Público ao final do curso: 15 alunos

1.2 – Perícia

De 27 de maio a 04 de novembro

Prof. Roque Licks

Público no início do curso: 21 alunos

Público ao final do curso: 16 alunos, sendo 13 com certificado de aprovação

1.3 – Avaliação de Negócios e Tomada de Decisão – Modelo Excel



21 de agosto a 23 de outubro
Prof. Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues
Público no início do curso: 13 alunos
Público ao final do curso: 13 alunos

2) Cursos não realizados em função de não ter sido atingido o número mínimo de alunos necessário para sua viabilização financeira:

2.1 - Preparatório para a prova da Anpec

2.2 - Planejamento Econômico Avançado

2.3 - Probabilidade e Inferência Estatística

2.4 - Microeconomia

2.5 – Macroeconomia

2.6 - Estatística Descritiva e Inferencial

2.7 - Cenários Econômicos e Impactos na Estratégia de Negócios

2.3.1.11 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Em sua 24ª edição foram premiados cinco trabalhos dentre os vinte e quatro enviados pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro (5); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (4); Universidade Federal Fluminense (10) e Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (5).

Primeiro Lugar: “Evolução da densidade Industrial dos Estados do sudeste brasileiro: pode-se falar em desindustrialização?”.

Autor: Vinícius Toledo Manhães

Instituição: Universidade Federal Fluminense de Campos

Segundo Lugar: “Políticas Focalizadas no Brasil: uma análise da tarifa social da energia elétrica no caso das favelas cariocas”.

Autora: Nathalia de Menezes Silva

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Terceiro Lugar: “Combate ao tabagismo no Brasil: políticas de preços podem ser eficazes?”

Autora: Sarah Lampreia Oliveira

Instituição: Universidade Federal Fluminense



Menção Honrosa: “Análise da Evolução do Ensino Superior no Brasil entre os anos 1999 e 2009”.

Autor: Leandro Dias Daumas

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Menção Honrosa: “Mobilidade urbana no Brasil: uma estimativa do produto perdido em trânsito”.

Autor: Guilherme Szczerback Besser

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

2.3.1.12 – promover premiação para livros e artigos publicados por economistas:

Essa ação não foi realizada, pois ela significaria duplicação de esforços na medida em que o Conselho Federal já realiza certame desse tipo. A Comissão responsável foi extinta na Segunda Sessão Plenária.

2.3.1.13 – premiar os melhores alunos de economia das universidades do Estado: A ação não foi realizada.

2.3.1.14 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças a partir da página na Internet: Esta tarefa foi cumprida de maneira pontual, quando a Secretaria de Fiscalização era solicitada a analisar anúncios de oportunidades de emprego, ou quando verificava tal situação através de pesquisas na internet; e através da divulgação de editais, após a avaliação realizada pela Secretaria de Fiscalização, a fim de verificar a conformidade destes anúncios com a legislação profissional. Foram 6 (seis) solicitações para alteração nos requisitos para preenchimento de vaga para economia e finanças, sendo privativa para Bacharéis em Ciências Econômicas com registro em Conselho Regional de Economia, além da divulgação de 8 (oito) editais, que se encontravam em conformidade com as leis em vigor.

2.3.1.15 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, a órgãos governamentais, empresas e terceiro setor: A Secretaria de Fiscalização adiou a execução da ação para 2015, pois pretende utilizar o material mencionado no item 2.3.1.4 como base para sua elaboração. Entretanto, as intervenções sobre as vagas oferecidas e a ação junto às Prefeituras serviram para disseminar as atividades que podem, e muitas vezes devem ser realizadas pelos Economistas.

2.3.1.16 – realizar campanha de esclarecimento junto aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação da profissão: Dos 11 (onze) editais fiscalizados no ano de 2014, 5 (cinco) deles estavam infringindo a Lei 1.411/51, conforme avaliação da Secretaria de Fiscalização. A fim de

sanar tal irregularidade, houve uma tentativa de contato tanto junto ao Órgão responsável pela abertura do concurso, quanto junto às organizações contratadas para realizar os certames. Tal ação teve como resultado a modificação em 2 (dois) editais, a saber: Companhia Docas e Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Os outros 3 (três) Órgãos sofreram processos judiciais, que encontram-se em andamento. As organizadoras que foram comunicadas sobre aspectos inerentes à regulamentação profissional do economista foram a Cesgranrio, a Fundação Dom Cinha, IADES e CKM Serviços, mas responderam afirmando que não são responsáveis pelo conteúdo dos editais. Com relação às empresas de Recursos Humanos, no ano de 2012 iniciou-se a abertura de processos para empresas de RH que fornecem serviços de recrutamento, seleção e terceirização de Bacharéis em Ciências Econômicas para empresas demandantes de tais profissionais especializados. Estes processos iniciavam-se com esclarecimentos sobre a legislação que regulamenta a profissão. Com a saída dos funcionários já experientes, e o treinamento dos novos funcionários, houve redução de Ofícios enviados, que ocasionou em apenas 6 (seis) ações desta natureza, realizadas de forma pontual.

CONCURSOS FISCALIZADOS		
ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2011	0	
2012	3	100
2013	10	233
2014	11	10

EMPRESAS DE RH FISCALIZADAS		
ANO	PROCESSOS ABERTOS	VARIAÇÃO %
2011	0	
2012	3	100
2013	11	267
2014	6	-45

2.3.1.17 – aprimorar os mecanismos e a metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz e intensa, cobrindo desde a fase de preparação dos editais até a convocação dos aprovados para os cargos de economista: Tal atividade foi iniciada em 2012 e teve continuidade em 2013 e 2014. Ao contrário do que defendia a Secretaria, a experiência concreta levou a uma mudança no eixo que norteou a ação referente ao tema. Em vez de ter o custoso trabalho de acompanhar a lista de convocados, visto que nem todos os aprovados são chamados no mesmo período, além de existir a possibilidade do convocado não tomar posse, foi realizada uma ampla e vasta pesquisa, em sites especializados, dos diversos concursos públicos realizados para economistas e também, os que foram abertos para Bacharéis

em Ciências Econômicas, na área de economia e finanças, por instituições que possuem base no Estado do Rio de Janeiro ou, no caso de empresas com nível de atuação nacional, que tivessem representação no Estado Rio de Janeiro. Após a realização das pesquisas, foram abertos processos de fiscalização solicitando a listagem dos Bacharéis em Ciências Econômicas aprovados, bem como a descrição dos cargos ocupados por tais profissionais no intuito de verificar se tais atividades básicas eram privativas dos economistas, independente da nomenclatura utilizada pela instituição para definir o cargo. Também cabe ressaltar que houve continuidade no acompanhamento diário, em sites especializados, das divulgações de novos editais, tanto direcionados aos economistas quanto para Bacharéis em Ciências Econômicas, na área de economia e finanças, além dos que foram abertos para ampla concorrência, sendo que deveriam ser destinados somente para economistas e, portanto, passíveis de processos jurídicos. Além desta alteração de metodologia, houve também a solicitação de listagem dos aprovados para tais instituições, segue o resultado abaixo.

ECONOMISTAS APROVADOS E CONTRATADOS		
ANO	LISTAGENS SOLICITADAS	VARIAÇÃO %
2011	0	
2012	14	100
2013	15	7
2014	2	87

O ano de 2014 apresentou queda na solicitação das listagens de aprovados e contratados. Tal resultado foi impactado pelo aumento da fiscalização dos editais de concursos no ano de 2014, e pelo treinamento dos novos funcionários. Quando o foco é a ação preventida, os editais se enquadram na legislação vigente e exigem o cumprimento da mesma por partes dos aprovados, o que gera menos necessidade de fiscalização posterior. O resultado consolidado (editais fiscalizados e solicitação de listagem dos economistas aprovados e contratados) apresentou uma queda de 48%, motivada pelas razões já expostas e pelas ações realizadas nos anos anteriores.

AÇÕES CONSOLIDADAS - CONCURSOS PÚBLICOS		
ANO	LISTAGENS SOLICITADAS	VARIAÇÃO %
2011	12	-
2012	31	158
2013	25	19
2014	13	48

2.3.1.18 – implantar banco de currículos na página do Conselho na Internet: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho.

2.3.1.19 – implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho.

2.3.1.20 – implantar a oferta de correios eletrônicos aos economistas utilizando o domínio “corecon-rj.org.br”: A ação foi transferida para 2015. Com a finalização do item 2.3.5.10, serão iniciadas pesquisas junto aos provedores sobre a existência de interesse em pactuar convênio nos termos do vigente com a UNIMED.

2.3.1.21 – ampliar em nossa página na Internet a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Trata-se de uma atividade periódica, que visa não somente ampliar, mas também confirmar se os links dos sites permanecem os mesmos. Foi atualizado, precisando de algumas revisões como previsto da atividade periódica. Previsão da próxima revisão em abril de 2015.

2.3.1.22 – manter a divulgação aos economistas, por e-mail, das principais notícias veiculadas pelos grandes jornais diários: Essa ação foi cancelada pois o site que era a nossa fonte de informações foi notificado judicialmente, pelos meios de comunicações, para interromper a publicação das matérias jornalísticas.

2.3.1.23 – criar Ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho, e também devido a falta de recursos humanos, uma vez que o responsável pela ouvidoria seria aquele profissional conhecedor dos processos internos, das atividades realizadas pelas Secretarias, e dos aspectos legais que regem a profissão de economista.

2.3.1.24 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento: Esta ação também é uma contínua, durante o ano de 2014 foram inseridos no acervo 101 exemplares que abordam a área de Economia. Foi dada prioridade para os livros que abordam o tema de Desenvolvimento Econômico.

2.3.1.25 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Impossibilitados de dar conta da ação de forma integral, a Secretaria de Fiscalização procurou promover a constante atualização das informações necessárias para a efetivação dos registros e obtenção das certidões, tanto pelos economistas, quanto pelas empresas prestadoras de serviços de economia e finanças, no espaço reservado na página do Conselho a este tema. O Jornal dos Economistas também foi utilizado como ferramenta para divulgação.

2.3.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

2.3.2.1 – aprimorar o sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases: Devido à elaboração de um sistema de acompanhamento dos prazos estabelecidos, houve redução substancial no tempo de vida útil de cada processo, considerando o período compreendido entre sua abertura e seu efetivo encerramento. Além disso, foram retomadas as ações da Secretaria de Fiscalização em processos que se encontravam parados administrativamente. Com a chegada de novos funcionários, no segundo semestre de 2014, haverá uma intensificação no aprimoramento do sistema. Já com relação aos processos éticos, foi criado um Roteiro para elaboração e acompanhamento dos mesmos, o que permitiu dar andamento aos processos que se encontravam parados, e uma maior rapidez aos abertos no ano de 2014.

2.3.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Em relação aos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, separados em caixas específicas, foram realizadas pesquisas em busca de evidências do exercício da profissão. No que diz respeito àqueles para os quais foi encontrado algum tipo de evidência, houve a abertura de processos de fiscalização nas empresas, solicitando informações sobre o profissional, caso ainda fizesse parte do quadro de funcionários da empresa. Outra ação realizada no ano de 2014 foi a de adotar o mesmo procedimento para os provisórios e credenciais de estudantes vencidos encontrados no sistema. Tal ação não se exauriu e terá continuidade no ano de 2015, mesmo por que permanecem pendentes de tratamento os registros provisórios e credenciais vencidos que estão misturados aos registros definitivos.

2.3.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes:

Secretaria de Fiscalização: A Secretaria de Fiscalização enviou 7 (sete) Ofícios de cobrança amigáveis para pessoas jurídicas, com atualização de 3 (três) endereços e a regularização dos débitos de 2 (duas) empresas, no total de R\$ 5.973,46 (cinco mil novecentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos). Com relação ao saneamento do cadastro de pessoas físicas, foram enviados 50 (cinquenta) Ofícios, que resultou em 8 (oito) atualizações cadastrais e 20 (vinte) regularizações dos débitos de profissionais, totalizando R\$ 44.685,13 (quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e treze centavos) de retorno para o CORECON-RJ.

Secretaria de Registro: O cumprimento desta ação se deu principalmente através da localização dos endereços e outros dados cadastrais dos economistas e empresas inadimplentes. Após a devida atualização dos dados no sistema, a Secretaria de Registros solicitou à assessoria jurídica o prosseguimento de ações de execução fiscal, direcionados aos economistas e representantes legais das empresas.

Quantitativo de prosseguimento de ação judicial em 2014 de Economistas e empresas inadimplentes:

ANO	ECONOMISTAS	EMPRESAS	TOTAL
2013	266	100	366
2014	263	139	402

2.3.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos Economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos:

Secretaria de Fiscalização: A Secretaria de Fiscalização iniciou uma ação junto às empresas adimplentes no Conselho com o intuito de verificar a situação de seus responsáveis técnicos. O resultado pode ser verificado no quadro abaixo:

Análise Quantitativa	
Situação Economista	Quantidade
Ativo em dia	285
Ativo devendo somente 2014	15
Ativo devendo	19
Transferido	1
Outra Região	17
Remido em dia	32
Remido devendo	2
Cancelado	3
Falecido	7
Isento	1

Conforme pode ser observado, 10 (dez) empresas estavam com responsável técnico falecido ou cancelado, o que gerou o envio de Ofícios solicitando a regularização da situação desses profissionais. Tal ação resultou em 7 (sete) regularizações, sendo (4) quatro novos registros, e 2 (duas) solicitações de cancelamento de registro por parte da empresa. O processo restante ainda está em andamento.

Secretaria de Registro: Esta ação se dá no efetivo registro da pessoa jurídica junta ao CORECON/RJ, uma vez que para assumir a responsabilidade técnica de uma empresa, o economista deve estar devidamente registrado e em dia para com suas obrigações legais perante o Conselho, conforme preceitua o Art. 2º da Resolução 1.880/12 – COFECON. Em 2014 foram realizados oito registros de economistas responsáveis. São eles:

NOME	Nº DE REGISTRO	DATA DE REGISTRO
CLAUDIO C. BAHBOUT	26667	23/01/2014

LUZENILDES S. ALMEIDA	26688	17/02/2014
NELSON L. C. TEIXEIRA	26792	07/08/2014
MARIA A. V. MENEZES	26796	12/08/2014
GESLEY H. FLORENTINO	26803	21/08/2014
GUSTAVO R. F. BHERING	26825	06/10/2014
OSCAR V. D. SILVA	26827	06/10/2014
LUCIANA B. F. SOUZA	26831	10/10/2014

2.3.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: Em 2014, as Secretarias de Fiscalização e de Registros criaram um controle para o acompanhamento do material enviado que pudesse servir de subsídio para abertura dos processos de fiscalização. O resultado pode ser verificado no quadro abaixo:

DOCUMENTOS ENVIADOS		
ANO	TOTAL	VARIAÇÃO %
2011	-	-
2012	-	-
2013	33	-
2014	37	12

Dos 37 (trinta e sete) documentos enviados pela Secretaria de Registros, foram abertos 24 (vinte e quatro) processos, originando em 4 (quatro) registros, sendo 1 (um) de pessoa física e 3 (três) de pessoa jurídica, 10 (dez) encerrados pelo não desempenho de atividades na área de economia e finanças, e o restante continua em andamento.

Secretaria de Registro: Ação foi realizada através do encaminhamento à Secretaria de Fiscalização de material cujo conteúdo apresentou evidências de um possível desempenho de atividades privativas de economia e finanças, por pessoas físicas e/ou empresas, sem o devido registro. O referido material constituísse de cópias de atas, de contratos sociais, de cópia de carteira de trabalho, lista de convocados em concursos públicos, etc.

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO
		%
2013	33	-
2014	29	-12

2.3.2.6 – continuar investindo na identificação e conseqüente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado: No ano de 2013, o antigo Secretário de Fiscalização elaborou um relatório identificando 389 empresas que possuíam registro cancelado neste Conselho. Entretanto, tal relatório não estava salvo no diretório correto, o que impossibilitou o andamento da ação, que terá prioridade no ano de 2015. Com relação à identificação e fiscalização de pessoas físicas, tal ação foi elaborada de forma pontual, gerando apenas 3 (três) reativações de registros.

2.3.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: Com a saída dos funcionários antigos e o treinamento dos novos, a Secretaria de Fiscalização teve menos tempo para se dedicar a essa ação. Entretanto, além dos 37 (trinta e sete) processos novos abertos no ano de 2014, diversos processos abertos em 2013 continuam em andamento, o que poderá gerar um aumento considerável no número de registro de empresas que atuam no mercado financeiro.

FISCALIZAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO		
ANO	PROCESSOS ABERTOS	VARIAÇÃO %
2011	62	100
2012	7	89
2013	84	1100
2014	37	55

2.3.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens dos economistas que nelas atuam: Pelo cronograma da Secretaria de Fiscalização, essa ação teria início no segundo semestre de 2014, com um estudo sobre as regiões, para melhor mapear as possíveis empresas que demandam trabalho de Bacharéis em Ciências Econômicas. Porém, devido ao treinamento dos novos funcionários e a intensificação de outras atividades da Secretaria de Fiscalização, não houve tempo hábil para isso. Entretanto, foram enviados 98 (noventa e oito) Ofícios, solicitando a listagem dos Bacharéis em Ciências Econômicas, que resultaram em 30 (trinta) novos registros, se incluirmos a listagem enviada pela Prefeitura de Duque de Caxias.

2.3.2.9 – retomar as ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento dos governos do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde haja potencialmente o exercício de atividades privativas de economista: O ano de 2014 foi dedicado ao acompanhamento dos processos de fiscalização abertos junto às Prefeituras do Rio de Janeiro no ano de 2013, com o objetivo de verificar a existência de Bacharéis em Ciências Econômicas em seus quadros de funcionários e suas respectivas atribuições, bem como a busca por informações sobre os economistas responsáveis por Secretarias que desenvolvem ações na área de economia e finanças.

Verificou-se que 20 (vinte) das 58 (cinquenta e oito) Prefeituras pesquisadas possuem economistas em seus quadros de funcionários, representando 34% (trinta e quatro por cento) das Prefeituras analisadas. Além disso, das 38 (trinta e oito) Prefeituras que não contam com economista em seu quadro de funcionários, 7 (sete) delas informaram que irão dar entrada com pedido para autorização visando a realização de concurso público, com o objetivo de sanar a irregularidade.

ATIVIDADES REALIZADAS				
ANO	CAMPANHA INFORMATIVA	AÇÃO FISCALIZADORA	SOLICITAÇÃO DE LISTAGEM DE ECONOMISTAS	OUTRAS
2011	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2013	0	4	63	0
2014	0	0	0	4

As 4 (quatro) ações novas, desenvolvidas em 2014, foram de obrigatoriedade de realização de concurso público nas Prefeituras de Miguel Pereira, Natividade, Porto Real e Teresópolis, impostas pelo CORECON-RJ, para contratação de economista responsável pelas atividades desempenhadas por tais Municípios.

2.3.2.10 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa tais como o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro; o Diário Oficial do Estado; jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica: Nas tabelas abaixo, seguem os resultados proporcionados pelas diferentes fontes utilizadas pela Secretaria de Fiscalização.

REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
DIÁRIO OFICIAL	9
CONTRATOS SOCIAIS OU LISTAGENS (INCLUÍDO RESP. TÉCNICOS)	29
LISTAS DE PREFEITURAS	1
INTERNET	9
JORNAIS	0
CURSO CORECON-RJ	1
OUTROS	4
TOTAL	53

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS	
ANBIMA	2
INTERNET	7
JORNAIS	1
SEREG	3
CORECON-SP	2
OUTROS	3
TOTAL	18

2.3.2.11 – firmar convênio com a Junta Comercial do Estado e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade da ação anterior:

Secretaria de Fiscalização: Desde 2012 o Conselho Federal estabeleceu convênio com o Ministério do Trabalho e emprego para obter o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Tal ferramenta não demonstrou ser uma fonte fidedigna em seu objetivo principal, que era fornecer informações sobre possíveis Bacharéis em Ciências Econômicas desempenhando atividades de economista sem o devido registro, porém, é uma boa fonte de informação secundária de empresa empregadora de Bacharéis em Ciências Econômicas. A Secretaria de Fiscalização aguarda a realização de convênio com a Junta Comercial do Estado e/ou com o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, realizados pela Secretaria de Administração e Finanças, visando dar celeridade aos processos de fiscalização, uma vez que já foi informado que tais convênios facilitariam os trabalhos desta Secretaria.

Secretaria de Registro: A ação se daria através de uma cooperação com a Secretaria de Administração e Finanças, porém, a ação não foi realizada por falta de interesse das próprias entidades.

Secretaria de Administração e Finanças: Ação não concretizada em 2014. Nova tentativa a ser feita em 2015.

2.3.2.12 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades localizadas no Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional:

A ação não foi implementada. Como as listagens não se encontram disponíveis na internet, essa ação requer uma maior aproximação com as Universidades do Estado, o que carece de uma ação em conjunto com as ações 2.3.1.5 e 2.3.1.6.

2.3.2.13 – publicar versão atualizada da cartilha informativa sobre a ação da fiscalização, utilizando-a como parte das ações preventivas contra o exercício ilegal da profissão:

A execução da ação depende da finalização do item 2.3.1.4.

2.3.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, junto aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão:

Tal ação foi realizada de forma pontual, através do Jornal dos Economistas. A execução da ação completa depende da finalização do item 2.3.1.4.

2.3.2.15 – concluir a reestruturação e consolidação do Manual de Rotinas e Procedimentos da Secretaria de Fiscalização:

O Conselho Federal está revendo toda a seção 6.2 da Consolidação que trata especificamente dos procedimentos de fiscalização. A Secretaria de Fiscalização encaminhou no dia 21 de agosto de 2013 suas contribuições à Secretaria Executiva que está tratando da questão junto ao COFECON.

2.3.2.16 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: A Secretaria de Fiscalização deu continuidade aos casos identificados em 2013 e atuou, de forma pontual, quando verificava que a linha de pesquisa ou especialização do magistrado, como mercado financeiro e petróleo, por exemplo, poderiam incentivar a abertura de uma consultoria por parte dos pesquisadores. Os processos se encontram em andamento.

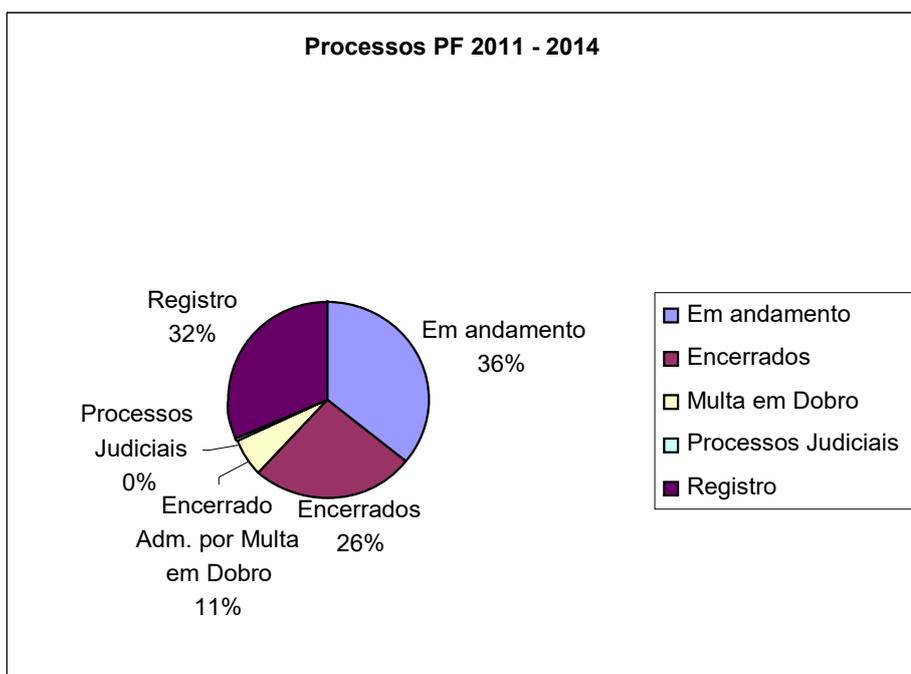
2.3.2.17 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado: A execução da ação foi adiada, na medida não houve tempo hábil para elaboração do estudo descrito no item 2.3.2.9, que visava mapear as empresas que demandam serviços de economia e finanças em todo o estado do Rio de Janeiro, incluindo os municípios do interior. Conforme já informado, essa ação será desenvolvida no ano de 2015.

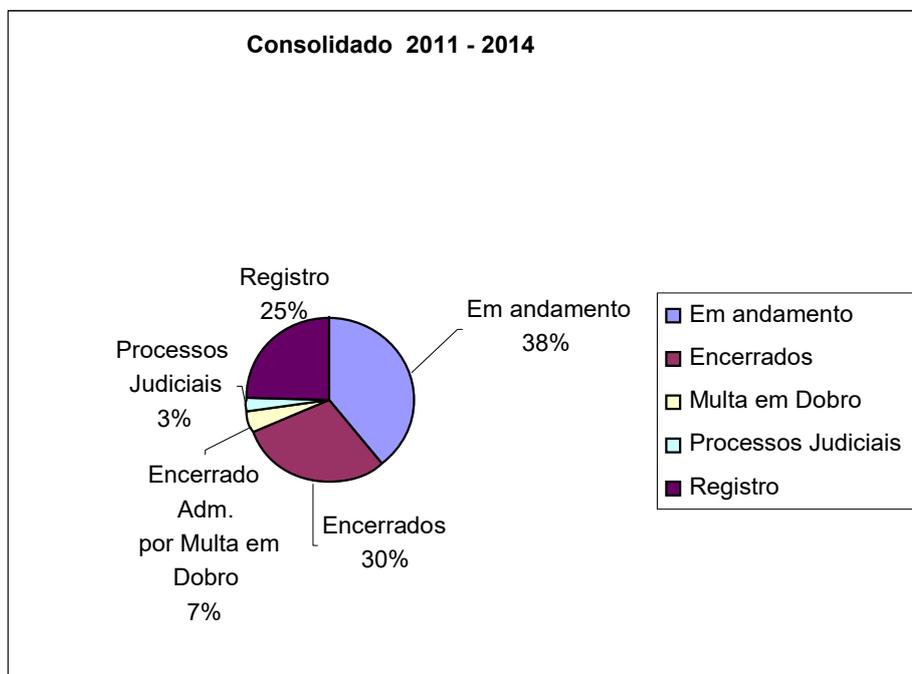
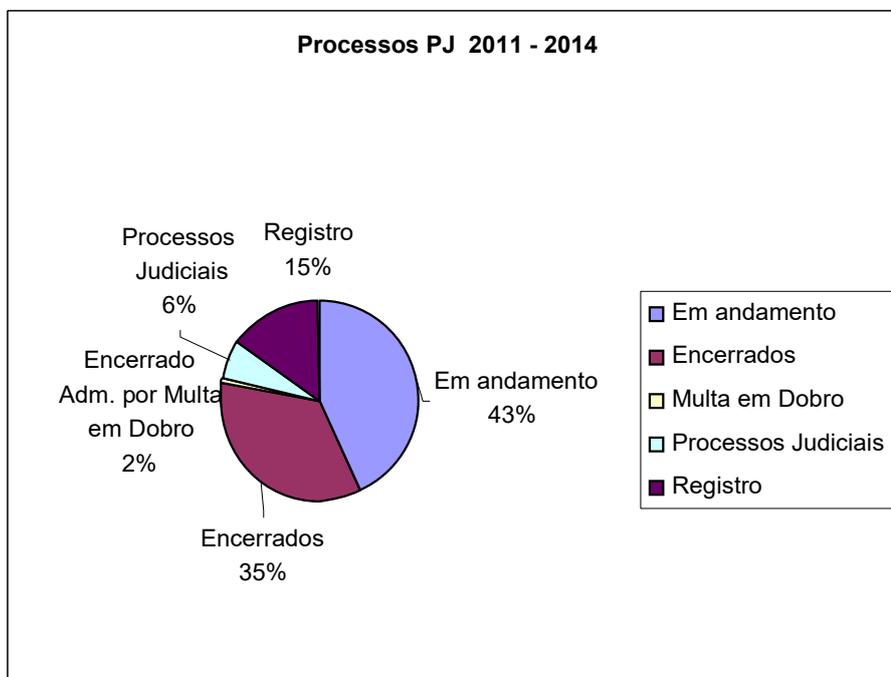
2.3.2.18 – triplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2013: No ano de 2013, a Secretaria de Fiscalização contou, durante todo o ano, com 3 (três) economistas fiscais, além do Assistente Administrativo. No ano de 2014, houve a saída de funcionários, só retomando sua estrutura original em outubro, o que prejudicou os trabalhos de um modo geral. Os resultados obtidos em 2014 estão sintetizados nas tabelas a seguir:

PROCESSOS ABERTOS						
ANO	PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE E	VARIAÇÃO O %	QUANTIDADE E	VARIAÇÃO O %	QUANTIDADE E	VARIAÇÃO O %
2011	109		79		188	
2012	119	9	41	48	160	15
2013	189	59	220	437	409	156
2014	165	13	93	58	258	37
TOTAL	582		433		1015	

PROCESSOS ENCERRADOS						
ANO	PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE E	VARIAÇÃO O %	QUANTIDADE E	VARIAÇÃO O %	QUANTIDADE E	VARIAÇÃO O %
2011	22	-	8		30	
2012	7	68	11	48	18	15
2013	93	1229	95	437	188	156
2014	36	61	43	58	79	37
TOTAL	158		157		315	

ANDAMENTO DOS PROCESSOS ABERTOS DE 2011 A 2014			
	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	CONSOLIDADO
EM ANDAMENTO	217	195	412
ENCERRADOS	158	157	315
MULTA EM DOBRO	37	6	43
PROCESSOS JUDICIAIS	2	27	29
REGISTRO	193	70	263
TOTAL	607	455	1062





OFÍCIOS ENVIADOS										
ANO	PF		PJ		AJ		INFORMATIVO		CONSOLIDADO	
	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%
2011	297	-	185	-	-	-	-	-	482	-
2012	285	4	95	49	-	-	-	-	380	21
2013	591	107	594	525	22	100	3	100	1210	219
2014	440	26	502	15	49	123	16	129	1007	17
TOTAL	1613		1376		71		19		3079	

NOTIFICAÇÕES ENVIADAS						
ANO	PF		PJ		CONSOLIDADO	
	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%
2011	109	-	84	-	193	
2012	121	11	66	21	187	3
2013	168	39	260	294	428	129
2014	142	15	164	37	306	29
TOTAL	540		574		1114	

AUTOS DE INFRAÇÃO ENVIADOS						
ANO	PF		PJ		CONSOLIDADO	
	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%	QUANT.	Δ%
2011	72	-	47	-	119	
2012	70	3	27	43	97	18
2013	96	37	135	400	231	138
2014	98	2	81	40	179	23
TOTAL	336		290		626	

2.3.2.19 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas: Pelos motivos já expostos ao longo de todo relatório, a Secretaria de Fiscalização não pôde realizar todas as ações de forma satisfatória. Ainda sim, o número de registro de pessoas jurídicas ficou bastante próximo do ano anterior, quando a Secretaria de Fiscalização possuía seu quadro de funcionários completo.

PESSOAS FÍSICAS						
ANO	QUANT. DE REGISTROS (ANO)	Δ%	QUANT. DE REGISTROS (ACUMULADOS)	VALOR DA ANUIDADE VIGENTE	RECEITA ANUAL	Δ%
2011	83	-	172	R\$ 327,70	R\$ 56.364,40	
2012	66	20	237	R\$ 350,00	R\$ 82.950,00	47
2013	99	50	335	R\$ 369,53	R\$ 123.792,55	49

2014	54	45	389	R\$ 393,11	R\$ 152.919,79	24
------	----	----	-----	------------	----------------	----

PESSOA JURÍDICA						
ANO	Quantidade de registros (por ano)	Variação (%)	Receita Anual gerada pelas novas empresas	IPCA	Receita Líquida Anual gerada pelas novas empresas	Variação Líquida da Receita Real (%)
2006	0	-				
2007	0	-				
2008	0	-				
2009	8	100	R\$ 3.643,12	4,31%	R\$ 3.492,59	-
2010	2	75	R\$ 1.088,58	5,90%	R\$ 1.027,93	71
2011	37	1750	R\$ 27.947,05	6,50%	R\$ 26.241,36	2453
2012	7	81	R\$ 8.585,54	5,83%	R\$ 8.112,58	69
2013	20	186	R\$ 16.264,98	5,91%	R\$ 15.357,36	89
2014	18	10	R\$ 19.991,65	6,41%	R\$ 18.787,38	22

Receita gerada do registro de PJ e PF fiscalizadas		
ANO	Receita anual total	Variação %
2006	R\$ 512,00	-
2007	R\$ 3.204,00	526
2008	R\$ 6.440,00	101
2009	R\$ 17.799,16	176
2010	R\$ 34.415,00	93
2011	R\$ 81.518,17	137
2012	R\$ 147.932,16	81
2013	R\$ 212.792,28	44
2014	R\$ 275.098,31	29

2.3.2.20 – aprimorar o tratamento técnico necessário a condução de processos ético-profissionais: Foi elaborado um Manual com os procedimentos a serem adotados nos processos ético-profissionais, visando uniformizar o tratamento dado a cada um dos processos, já descrito na ação 2.3.2.1.

2.3.2.21 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista:

Secretaria de Fiscalização: A execução da ação, além da iniciativa mencionada no item 2.3.2.15 no que diz respeito à Secretaria de Fiscalização, teve como objeto trabalho

realizado conjuntamente com a Secretaria de Registros referente à revogação do item que permitia que graduados, nos países com os quais o Brasil tinha acordo cultural, realizassem o registro profissional sem a devida validação dos seus diplomas em universidades públicas brasileiras. Verificou-se que não havia no regramento legal do Ministério da Cultura previsão de validação automática de diplomas de graduados no exterior. Acionado, o COFECON alterou o referido procedimento. Verificou-se também a necessidade de possuir uma modalidade de registro análogo ao de pessoa física, para o motivo de suspensão, para o caso de pessoas jurídicas que estão ativa na Receita Federal mas não desempenham atividades. Tal ação será melhor estudada e analisada no ano de 2015.

Secretaria de Registro: Esta ação não foi realizada, uma vez que não foram identificadas necessidades de alterações e/ou correções no regramento legal que rege a profissão de economista.

2.3.2.22 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização:

Biblioteca: Ação contínua. À medida que o economista solicita os serviços da Biblioteca, é pesquisada a situação do mesmo no Siscafz e caso estejam com alguma pendência, é solicitado que o economista vá até a Secretaria de Registro para resolvê-la.

Secretaria de Cursos: O professor de Economia Brasileira, Gilberto dos Santos Carvalho, Registro 24.991, estava atrasado com as anuidades. Mediante a possibilidade de dar aulas na ANPEC, começou a regularizar suas pendências.

2.3.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

2.3.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou na demora no atendimento de solicitações, ou mesmo em ações e/ou posturas não condizentes com um atendimento satisfatório.

2.3.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não-presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail.

2.3.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho;

manualizar seus procedimentos; sanear seus processos administrativos e arquivar o passivo documental;

- A reestruturação da Secretaria se dá de modo contínuo durante o exercício, à medida que são realizadas ações que visam melhorar os seus fluxos internos, de modo que os serviços prestados aos economistas e empresas sejam realizados no menor tempo e de maneira satisfatória.

- Os novos procedimentos e/ou ações surgidos no dia-a-dia da Secretaria ainda não foram compilados no formato de manual. Sempre que surgem novos procedimentos e/ou ocorrem melhorias naqueles já vigentes, os mesmos encaminhados aos funcionários do setor, via e-mail, para esclarecimentos e solicitação de cumprimento, sendo que os mesmos são salvos e armazenados, para posterior utilização na confecção do manual.

- Iniciou-se o tratamento do passivo documental durante o exercício de 2014, porém, não houve prosseguimento da ação, tendo sido postergada para o próximo exercício, uma vez que o seu planejamento e seleção dos documentos (separação, classificação, verificação de situação de possível descarte) são de responsabilidade do Secretário.

- Toda demanda surgida na Secretaria, deve, para o seu atendimento, ser necessariamente acompanhada do respectivo processo administrativo. O atendente, antes de encaminhá-lo ao Secretário para despacho, deverá sanear o processo, conforme especificações previamente estabelecidas. Em 2014 foram saneados 1.397 processos administrativos de economistas, e 532 de empresas, apresentado uma variação positiva de 7% em relação ao exercício de 2013.

2.3.3.4 – aprimorar os procedimentos, processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e executada nenhuma ação de melhoria nos processos e fluxos existentes.

2.3.3.5 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-se às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos determinados pelo regramento legal do COFECON ou no surgimento de novas necessidades na Secretaria e/ou no Conselho.

2.3.3.6 – avançar no desenvolvimento de sistema de cadastro, cobrança de anuidades, controle contábil e financeiro, capaz de atender adequadamente as necessidades do Conselho: Foi definida uma nova estratégia para a execução desta atividade: dividir o desenvolvimento do novo sistema em duas partes. A primeira parte consiste em contratar uma empresa responsável pelo mapeamento e redesenho de todos os fluxos de processos do CORECON-RJ. Após a aprovação e validação dos novos fluxos, será iniciada uma nova fase, que consiste na contratação de empresa

especializada em programação de sistema. Desta forma, em 2014, iniciou-se a licitação para contratação da empresa que fará o mapeamento e o redesenho dos processos. O início da execução dos serviços está previsto para o primeiro trimestre de 2015.

2.3.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: No que tange à Secretaria de Administração e Finanças, esta ação será feita através do desenvolvimento de um novo sistema de cadastro/ financeiro. Atualmente, este processo está em fase de licitação.

2.3.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: Não houve a realização de novos pregões eletrônicos em 2014, ficando a ação postergada para 2015.

2.3.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: Na Secretaria de Fiscalização os funcionários receberam o treinamento básico, sobre como funciona a Secretaria, a metodologia adotada e o funcionamento do sistema, uma vez que todos ingressaram no Conselho no segundo semestre. Na Secretaria de Registros esta ação foi realizada através de reuniões individuais na sala do Secretário, onde se buscou a melhoria do atendimento e na execução das tarefas, sempre que se observava uma não conformidade no padrão de atendimento ou na realização das tarefas e/ou atividades de modo insatisfatório. Não ocorreram treinamentos realizados por agentes externos. Na Secretaria de Administração e Finanças, não houve necessidade de treinamento para os empregados do setor.

2.3.3.10 – digitalizar o acervo documental da entidade: Apesar da inexistência de amparo legal no que diz respeito a validade de documentos digitalizados, a execução da ação foi adiada para 2015, contemplando as duas vertentes: digitalização e manutenção do arquivo físico, até que a questão esteja regulamentada. Foi realizada a licitação para contratação de empresa especializada em digitalização de documentos. O início da execução do contrato está previsto para o primeiro trimestre de 2015.

2.3.3.11 – reestruturar o arquivo de registros de forma a ampliar a capacidade de incorporação de novos processos: A ação foi realizada em maio de 2014. Com a realização desta ação foi possível ampliar o espaço de três prateleiras para 9 estantes vagas, para onde o arquivo pode ter continuidade.

2.3.3.12 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema: Ação realizada parcialmente. Todo o material bibliográfico armazenado na Biblioteca tem sido devidamente ordenado e reorganizado de acordo com a demanda. Por uma falha do

software utilizado, não foi possível a realização do inventário do acervo bibliográfico. Para a solução deste problema, outros softwares estão sendo estudados para uma possível substituição, desde que atendam aos critérios importantes e necessários ao bom funcionamento e gerenciamento da biblioteca, previsão de término da ação: setembro de 2015. No que concerne à Biblioteca, no ano de 2014 tivemos:

Novos usuários cadastrados	Empréstimos entre setores	Empréstimos domiciliares	Consultas locais	Solicitação de pesquisa	Cobrança de material em atraso.
7	29	48	5	3	2

Grande parte dos esforços laborativos dentro da Biblioteca/Arquivo se destinam aos processos de registro e fiscalização. Em 2014, o movimento de guarda, empréstimo e consulta refletem na tabela abaixo:

Processos consultados na Biblioteca e guardados	Processos retirados da Biblioteca.	Processos recebidos para guarda	Total
5597	2055	2046	9698

2.3.3.13 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca: Mensalmente é realizada a confecção do sumário corrente, e durante o ano de 2014, este contou com 35 digitalizações de capas e sumários para a divulgação dos novos periódicos do acervo a fim de que o economista, através do acesso à página eletrônica do CORECON-RJ possa tomar conhecimento do que temos em nosso acervo.

2.3.3.14 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca: Ação não iniciada. Como não houve indícios de duplicidades a ação não foi iniciada. A prioridade foi dada à outras ações. Esta ação tem previsão de início e termino em setembro de 2015.

2.3.3.15 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência: Ação permanente. Os 101 exemplares que foram incorporados ao acervo passaram pelo processo de descrição física e temática no software Biblioteca Fácil, que atualmente gerencia o acervo da Biblioteca. Os títulos que não tem exemplaridade continuam sendo descritos no Sumário Corrente, dentro da página do CORECON-RJ, onde se faz referência à Biblioteca.

2.3.3.16 – verificar se permanece em condição de uso o acervo da Biblioteca convertido de VHS para DVD: Ação em andamento. Restam ainda 237 fitas de VHS e

116 DVDs para serem revisados. Esta ação foi incrementada, pois agora está sob responsabilidade da Biblioteca transferir os DVDs em bom estado para o HD externo. Esta atividade já foi iniciada em 2014 e até a presente data temos 21 DVDs transferidos para o HD externo.

2.3.3.17 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas, possibilitando o acesso a documentos não existentes em nosso acervo: Durante o ano de 2014 o empréstimo entre bibliotecas foi realizado de acordo com a demanda e disponibilidade do economista em cumprir a parte que lhe cabe quando do empréstimo, bem como da Biblioteca conveniada. No total foram realizados 3 empréstimos entre bibliotecas.

2.3.3.18 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet: Ação contínua. Os serviços da Biblioteca continuam sendo oferecidos e divulgados na página da Biblioteca na página do Conselho na Internet.

2.3.3.19 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional desenvolvida em 2010 ao conjunto dos empregados da Autarquia: A avaliação de desempenho foi aplicada em 2013, tendo como referência o exercício de 2012 e a conclusão do processo está prevista para o início de 2015, exceto para os empregados da Secretaria de Fiscalização, com exceção da Secretária do setor, pois foram admitidos no segundo semestre de 2014.

2.3.4 – Potencialização da capacidade financeira

2.3.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes:

Secretaria de Registro: Em relação à receita corrente, o objetivo proposto para o exercício de 2014 foi o de elevar em 5% as receitas correntes em relação às receitas de 2013. O resultado individual aponta um crescimento nominal de 8,78% sobre a arrecadação das anuidades dos economistas, e de 0,82% das pessoas jurídicas. Já o resultado consolidado aponta um crescimento de 7,51% em relação ao exercício de 2013, demonstrando que a meta proposta foi ultrapassada.

PESSOA FÍSICA		
ANO	TOTAL	VARIAÇÃO
	(R\$)	%
2002	1.611.449,02	-
2003	1.529.343,58	-5
2004	1.493.703,84	-2

2005	1.636.103,81	10
2006	1.745.262,96	7
2007	2.069.930,61	19
2008	2.136.586,76	3
2009	2.259.687,32	6
2010	2.259.238,86	-0,02
2011	2.330.193,85	3
2012	2.616.156,26	12,27
2013	2.853.186,75	9,06
2014	3.103.666,08	8,78

PESSOA JURÍDICA		
ANO	TOTAL	VARIAÇÃO
	(R\$)	%
2002	274.534,80	-
2003	329.283,82	20
2004	323.705,30	-2
2005	410.085,18	27
2006	463.521,83	13
2007	470.356,83	1
2008	486.133,71	3
2009	459.661,93	-5
2010	384.872,72	-16
2011	415.757,80	8
2012	520.544,20	25,2
2013	541.598,98	4,04
2014	546.040,34	0,82

ARRECADAÇÃO CONSOLIDADA		
ANO	TOTAL	VARIAÇÃO
	(R\$)	%
2002	1.885.983,82	-
2003	1.858.627,40	-1
2004	1.817.409,14	-2
2005	2.046.188,99	13
2006	2.208.784,79	8
2007	2.540.287,44	15
2008	2.622.720,47	3
2009	2.719.349,25	4

2010	2.644.111,58	-3
2011	2.745.951,65	4
2012	3.136.700,46	14,23
2013	3.394.785,73	8,23
2014	3.649.706,42	7,51

Secretaria de Cursos: Através da política de descontos ou obrigatoriedade de registro para peritos, a Secretaria de Cursos foi responsável por 10 novos registros (2 estudantes e 8 economistas).

Alunos	Categoria	Nº registro	Nome	Curso
1	estudante / reg.	453	Leon Santiago Mendes Suhett	Anpec 2014
2	estudante / reg.	454	Lucas Lange Barrozo	Anpec 2014
3	Economista	26699	Kalebe Francisco Selos	Anpec 2014
4	Economista	26745	Diego Carneiro Batista de Moraes	Anpec 2014
5	Economista	26573	Adonhiram da Silva Ferreira	Perícia
6	Economista	26759	Felipe Formosinho	Perícia
7	Economista	26760	Miquéias Campos Sampaio	Perícia
8	Economista	26767	Marcio Petrúcio	Perícia
9	Economista	26789	Matheus Rodrigues Pereira	Avaliação de Negócios e Tomada de Decisão
10	Economista	26801	Fernanda Dias Pereira	

2.3.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário:

São adotadas, no âmbito desta Secretaria, as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributários:

1) Para os débitos em aberto dentro do prazo prescricional, o CORECON/RJ, através da Secretaria de Registros, emite re-cobranças (cobrança dos débitos atualizados) que são realizadas através de boletos bancários encaminhados aos economistas e empresas. Neste ano foram emitidas 5.063 bloquitos para economistas e 598 bloquitos para empresa, apresentando o seguinte resultado financeiro:

Re-cobrança Pessoa Física	Data de vencimento	Valor recebido
549	30/05/2014	R\$ 176.052,92
Total		R\$ 176.052,92

Re-cobrança Pessoa Jurídica	Data de vencimento	Valor recebido
30	30/05/2014	R\$ 19.729,07

Total	R\$ 19.729,07
-------	---------------

RESULTADO RECOBRANÇA 2014 - CONSOLIDADO		
RECOBRANÇA	TOTAL	VALOR
Economistas	549	R\$ 176.052,92
Empresas	30	R\$ 19.729,07
TOTAL	579	R\$ 195.781,99

2) Para a cobrança dos débitos dos últimos cinco exercícios em aberto, utilizam-se os procedimentos legais previstos na Política para Tratamento da Inadimplência da Autarquia e na Lei de Execução Fiscal n.º 6.830/80, que culmina com a inscrição dos débitos na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, e na conseqüente cobrança via Justiça Federal. Segue quadro demonstrativo das inscrições em Dívida Ativa Executiva no exercício de 2014.

DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA - 2014		
PESSOA FÍSICA	QUANTIDADE	VALOR R\$
Inscrição - Lançamentos	181	R\$ 330.261,56
PESSOA JURÍDICA	QUANTIDADE	VALOR R\$
Inscrição - Lançamentos	154	R\$ 611.810,28
TOTAL GERAL	335	R\$ 942.071,84

2.3.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa e judicial de anuidades de exercícios findos: O objetivo proposto foi o de elevar em 10% o montante de recebimento das anuidades vencidas através da cobrança administrativa e/ou execução fiscal. Como pode ser verificada nos quadros demonstrativos, a meta não foi alcançada, tendo sido observado um resultado consolidado (economistas e empresas) de 5,7%, isto é, um resultado inferior 43% em relação à meta proposta, porém, quando se analisa os resultados individualmente, verifica-se que nas receitas oriundas da arrecadação das anuidades de economistas houve uma queda de 24,90% na fase administrativa, e de um crescimento de 8,34% na fase executiva. Já o resultado obtido junto às empresas foi superior em relação aos dos economistas, onde se observa um crescimento de 790% na fase administrativa, e de 27% na fase executiva.

Pessoas Físicas		
Fase Administrativa		
ANO	RECEITA	VARIAÇÃO
		%

2008	R\$294.903,54	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	R\$136.357,84	-
2013	R\$154.083,40	13
2014	R\$115.709,10	-24,9

Pessoas Físicas		
Fase Executiva		
ANO	RECEITA	VARIAÇÃO
		%
2008	R\$218.210,90	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	R\$315.577,27	-
2013	R\$320.248,94	1,48
2014	R\$346.964,58	8,34

Pessoas Jurídicas		
Fase Administrativa		
ANO	RECEITA	VARIAÇÃO
		%
2008	R\$112.188,85	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	R\$ 13.643,93	-
2013	R\$ 3.135,85	-77
2014	R\$ 27.909,11	790

Pessoas Jurídicas		
Fase Executiva		
ANO	RECEITA	VARIAÇÃO
		%
2008	R\$ 55.839,81	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-

2012	R\$ 68.441,23	-
2013	R\$ 60.874,77	-11
2014	R\$ 77.137,17	27

Arrecadação Consolidada		
ANO	RECEITA	VARIAÇÃO
		%
2005	R\$258.133,45	-
2006	R\$837.265,53	224
2007	R\$626.566,77	-25
2008	R\$681.143,10	9
2009	R\$643.210,64	-6
2010	R\$684.278,47	6
2011	R\$767.297,24	12
2012	R\$534.020,27	-30,4
2013	R\$538.342,96	0,8
2014	R\$567.719,96	5,46

2.3.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas:

Secretaria de Fiscalização: A Secretaria de Fiscalização atualizou 23 (vinte e três) informações sobre Pessoas Físicas, sendo 8 (oito) oriundas da recuperação de crédito, e 12 (doze) sobre pessoas jurídicas, sendo 3 (três) obtidas através dos Ofícios enviados de cobrança amigável.

FONTES DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL						
RECEITA FEDERAL	PROCOB	JORNALS	SISCAFW	INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS EMPRESAS	OUTROS	TOTAL
0	5	1	1	0	1	8

FONTES DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL							
RECEITA FEDERAL	PROCOB	JORNALS	ECONOMISTA RESPONSÁVEL	SISCAFW	CONTRATO SOCIAL	OUTROS	TOTAL
2	0	0	0	0	1	0	3

Secretaria de Registro: Foram atualizados 2.340 endereços e dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, por meio de consultas aos cadastros da Receita Federal, da Procob - Soluções em Informática, CDL – Clube de Diretores Lojistas do RJ, telefone, Internet e outros. Verifica-se que em 2014 houve um ligeiro aumento em relação a 2013, tanto na localização e atualização de economistas como na localização e atualização de empresas. Segue quadro demonstrativo:

Atualização de endereços

ANO	RECEITA FEDERAL	PROCOB/CDL	TELEFONE E INTERNET	OUTROS ¹	TOTAL
2005	-	-	-	-	-
2006	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
2009	78	202	260	2.268	2.808
2010	9	104	17	1.590	1.720
2011	46	76	153	1.168	1.443
2012	106	75	160	1.725	2.066
2013	142	337	257	1.215	1.951
2014	123	427	291	1.499	2.340

Origem das atualizações²

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO	PESSOAS JURÍDICAS	VARIAÇÃO
		%		%
2005	4.141	-	1.011	-
2006	3.948	-5	257	-75
2007	4.045	2	436	70
2008	3.298	-18	353	-19
2009	2.808	-15	406	15
2010	1.720	-39	433	7
2011	1.443	-16	191	-56
2012	1.799	24	267	40
2013	1.687	-6	264	-1
2014	1.848	9,54	492	86,36

¹ A categoria "Outros" inclui contatos feitos por iniciativa dos interessados, por qualquer meio, e atualizações não registradas no campo próprio do Sistema de Cadastro.

² Nas três primeiras colunas predominam as atualizações cadastrais efetuadas a partir da devolução de correspondências endereçadas a pessoas físicas.

2.3.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, no exercício de 2014 não foram tomadas ações concretas que tenham resultado em processos que tenham sido encaminhados à Secretaria de Fiscalização, porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, esta secretaria tem sido exigente, de modo a evitar que empresas não que cumpram as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12 tenham os seus registros profissionais deferidos.

2.3.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 209 recadastramentos, representando uma queda de 14% em relação ao exercício anterior.

Recadastramentos

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO
		%
2009	90	-
2010	2.603	2.792
2011	848	-67
2012	497	-41
2013	244	-51
2014	209	-14

2.3.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional: Foram aplicados R\$1.000.061,88 em Letras do Tesouro Nacional, sob custódia do Banco do Brasil, a uma taxa pré-fixada em 12,96% a.a., com vencimento para 01/04/2016.

2.3.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las: Foi implementada na Secretaria de Fiscalização a impressão frente e verso de qualquer documento emitido pelo setor. Serão avaliadas as ações adotadas pelas demais Secretarias, para analisar se cabe adotá-las também. A Secretaria de Administração e Finanças procura sempre obter o menor preço em cotações para aquisição de bens e serviços.

2.3.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

2.3.5.1 – realizar seminários sobre a economia regional: Ação não realizada.



2.3.5.2 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: Ação não realizada.

2.3.5.3 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: A ação ficou restrita as iniciativas proporcionadas pelos debates realizados na sede do CORECON-RJ.

2.3.5.4 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do CED: Além de continuar contabilizando o sucesso editorial alcançado pelo livro “Os anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003-2010”, e da continuidade de sua distribuição como e-books, foram divulgados artigos na página do Conselho na internet e nas 12 edições do Jornal dos Economistas.

2.3.5.5 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: A execução da ação depende da finalização do item 2.2.1.4.

2.3.5.6 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca: Ação não realizada.

2.3.5.7 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: Destaque para a parceria com o Instituto Mais Democracia na pesquisa Estado e Grupos Econômicos no Brasil. O objetivo do trabalho é investigar a estrutura de poder econômico dos grupos privados que atuam no país e sua influência sobre as decisões do Estado.

2.3.5.8 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas guardem relação com a atuação profissional do economista: Foram realizados aportes para o congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia; eventos em faculdades de economia e para o programa Faixa Livre.

2.3.5.9 – ampliar a visibilidade do CORECON-RJ nos meios de comunicação: Ação não realizada.

2.3.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos, priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas: A ação esta sendo executada.



2.3.5.11 – criar nova página do Conselho na Internet: Ação em execução com encerramento previsto para março de 2015.

2.4 - Indicadores:

Além dos indicadores específicos de resultados lançados nas tabelas acima, destacamos: **1)** a existência de reservas financeiras suficientes para honrar os compromissos da Autarquia até março de 2016, levando em consideração a despesa mensal média verificada em 2014; **2)** a reestruturação das Secretarias de Registro e de Fiscalização que permitiram potencializar e aprimorar suas respectivas capacidades operacionais, buscando obter saldo positivo entre o número de desligamentos e de novos registros; **3)** perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência, objetivando o recebimento de anuidades de exercícios anteriores; **4)** continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; **5)** superávit financeiro; **6)** controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada.

Apesar destas conquistas é importante registrar, pois a compreensão sobre as razões dessas decisões tem impacto significativo sobre o futuro das autarquias de fiscalização do exercício profissional, as ações institucionais levadas a cabo pelos poderes executivos, legislativos e judiciários, em desfavor das estruturas de fiscalização profissional. Aqui cabe destacar, especialmente, as decisões dos juízes de primeira instância que vem proferindo sentenças submetendo a relação trabalhista, entre os conselhos de fiscalização profissional e seus empregados, ao Regime Jurídico Único, sem que esteja claro quem arcará com os respectivos custos envolvidos, os quais essas autarquias especiais não têm como suportar. Aos encarregados da realização de concursos públicos nos governos federal, estaduais, municipais e em empresas públicas, que os tem promovido ao arrepio das leis que regulamentam as profissões, denominando, não só economistas, mas também profissionais de várias outras formações de "analistas", "técnicos" e que tais.

3 – Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 – Estrutura da Governança:

3.1.1 – Doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:

3.1.1.1 – Alienação de bens

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

3.1.1.2 – Análise do acervo da Biblioteca

Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

3.1.1.3 – Avaliação de materiais de divulgação do Conselho e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães

3.1.1.4 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Edson Peterli Guimarães
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Sergio Carvalho Cunha da Mota
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheira Gisele Mello Senra

3.1.1.5 – Cursos

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheiro Arthur Câmara Cardozo
Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.1.6 – Licitações

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Secretário de Administração e Finanças Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos
Secretário de Registros Josivaldo de Lira

3.1.1.7 – Fórum Popular do Orçamento

Economista Luis Mário Behnken
Camila Bockhorny Mendes - Estagiária
Mariana Valentine da Lara Vilella - Estagiária
Karina Souza de Melo - Estagiária

3.1.1.8 – Política Econômica

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda



Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

3.1.1.9 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro Edson Peterli Guimarães

3.1.1.10 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.1.11 – Semana do Economista

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

3.1.1.12 – Tomada de Contas

Presidente: Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro Jorge de Oliveira Camargo
Conselheira Gisele Mello Senra Rodrigues
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Cesar Homero Lopes Fernandes
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.2 – Relação dos dirigentes:

3.1.2.1 – Conselheiros Efetivos

Arthur Câmara Cardozo – mandato de 2014 a 2016
Gisele Mello Senra Rodrigues – mandato de 2014 a 2016
João Paulo de Almeida Magalhães – mandato de 2014 a 2016
Edson Peterli Guimarães - mandato de 2012 a 2014
Gilberto Caputo Santos – mandato de 2012 a 2014
Jorge de Oliveira Camargo – mandato de 2012 a 2014
José Antonio Lutterbach Soares – mandato de 2013 a 2015
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda – mandato de 2013 a 2015
Sidney Pascoutto da Rocha – mandato de 2013 a 2015

3.1.2.2 – Conselheiros Suplentes

Andrea Bastos da Silva Guimarães – mandato de 2014 a 2016



Regina Lúcia Gadioli dos Santos – mandato de 2014 a 2016
Marcelo Pereira Fernandes – mandato de 2014 a 2016
André Luiz Rodrigues Osório – mandato de 2012 a 2014
Leonardo de Moura Perdigão Pamplona – mandato de 2012 a 2014
Miguel Antônio Pinho Bruno – mandato de 2012 a 2014
Cesar Homero Fernandes Lopes – mandato de 2013 a 2015
José Ricardo de Moraes Lopes – mandato de 2013 a 2015
Sergio Carvalho Cunha da Mota – mandato de 2013 a 2015

3.1.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.

3.1.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Ocupada em 2014 pelo Economista Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo

Assistente Administrativa III: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Auxiliares de Serviços Gerais I: Alisson Souza Cunha

Maria Helena Conceição da Silva

3.1.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2014 pelo Economista Guilherme Tinoco O. dos Anjos.

Assistente Administrativa V: Elza Maria Paranhos de Andrades

Assistente Administrativo IV: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo I: Vitor de Oliveira Xavier

3.1.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a Assessoria Jurídicas nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2014 pelo Economista Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo IV: Samuel Moreira Gomes



Assistente Administrativo IV: Silvia Maria Noronha Mussumesci
Assistente Administrativa III: Karina Aparecida Costa de Barros
Assistentes Administrativos I: Carla Alessandra B. da S. Peçanha
Cláudio Silva de Andrade
Thiago Vaz Barbosa

3.1.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria e seu ocupante em 2014 foi a Economista Monica Assunção Silva.
Assessor de Fiscalização I/Fiscalização: Economista Gustavo José dos Santos Lopes
Assessor de Fiscalização I/Fiscalização: Economista Gabriela Elise Auel
Assistente Administrativo I/Fiscalização: Márcio Santos Ayala

3.1.3.5 – Secretaria de Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Coordenadora: Exerce a chefia imediata na Secretaria e sua ocupante em 2014 foi a Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim.
Assistente Administrativo I: Luiz Augusto de Souza Barros

3.1.3.6 – Biblioteca: Responsável pela guarda dos processos administrativos de registro e fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, livros, DVDs e demais publicações existentes na Autarquia.

Composição:

Bibliotecária: Exerce a chefia imediata na Biblioteca e sua ocupante em 2014 foi a Bibliotecária Elisiene Gomes da Silva e Silva.
Assistente Administrativa IV: Maria da Guia Marcos dos Santos
Estagiário: Rodrigo Riguera de Assis

3.1.3.7 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.
Jurídica: Peixinho, Cacao & Pires, Consultoria & Advogados Associados
Imprensa: Marcelo Cajueiro
Informática: NTL – Nova Tecnologia Ltda

3.2 – Atuação da Unidade de Auditoria/Controle:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva. Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

3.3 – Sistema de Correição:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e não foram sugeridas recomendações por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.

3.4 - Relação dos Dirigentes e Conselheiros:

Relação de Conselheiros descritas no item 3.1.2

3.5 – Remuneração Paga aos Membros

Nenhuma remuneração é paga aos Conselheiros do CORECON-RJ.

4 – Programação e execução orçamentária e financeira:

4.1 – Demonstração da receita:

a) Origem das receitas (anuidades, taxas de serviço; multas; doações etc.): Vide Anexo II identificado como “Comparativo da receita orçada com a arrecadada”, parte integrante de nossas prestações de contas trimestrais e anuais. As receitas do CORECON-RJ são divididas da seguinte forma: “Receita de Contribuições” – recebimento de anuidades); “Receita Patrimonial” - rendimentos da Caderneta de Poupança e LTN; “Receitas de Serviços” - rendas de emolumentos com expedição de certidões e carteiras de identidade; “Outras Receitas Correntes” - engloba “Receita da Dívida Ativa” e “Receitas Diversas” (“Multas sobre o Exercício Ilegal da Profissão”, “Receita de Dívida Ativa”, “Receitas de Cursos” e “Atualização Monetária s/ Anuidades”).

b) Previsão e arrecadação por natureza, justificando eventuais oscilações significativas: Vide Anexo II. Não houve oscilações significativas.

c) Forma de partilha da receita entre a unidade central, regionais ou estaduais, caso o montante apresentado refira-se ao total arrecadado pela entidade de fiscalização do exercício profissional: Conforme a Lei 1.411/51 o Conselho Federal recebe 20% da arrecadação dos regionais, conforme demonstrado no Anexo III.

4.2 – Demonstração e análise do desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira:

a) **Comparação entre os dois últimos exercícios:** Vide Anexo III.

b) **Programação orçamentária das despesas correntes e de capital:** Vide Anexo IV.

c) **Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa:**

VENCIMENTO	NOME	Nº PROCESSO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	SERVIÇO PRESTADO	VALOR
05/02/2015	UNIMED	002/13	Dispensa de licitação (licitação deserta)	Plano de Saúde e Odontológico para empregados e dependentes	R\$12.900,00
28/02/2015	RIOTRON SERVIÇO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	462/11	Dispensa de licitação	Aluguel de Copiadora	R\$ 647,17
28/02/2015	MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	124/07	Tomada de Preços	Assessoria Jurídica	R\$8.250,00
28/02/2015	PRIMAVIDA ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA (**)	24/13	Tomada de Preços	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 352,00
24/04/2015	PRK SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA	388/10	Dispensa de licitação	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 649,00
01/09/2015	MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	260/14	Tomada de Preços	Assessoria de Contabilidade	R\$ 4.070,00
05/05/2015	TRANSPACIFIC (***)	198/10	Tomada de Preços	Emissão de Passagens Aéreas	R\$ 1.500,00
31/05/2015	SANTA CASA CARD (**)	113/08	Dispensa de licitação	Auxílio Funeral	R\$ 123,00
16/06/2015	PROCOB SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA	86/09	Dispensa de licitação	Assinatura de site de busca para SEREG	R\$ 45,28

	(**)				
28/06/2015	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA	213/13	Tomada de Preços	Assessoria de Informática	R\$ 7.427,90
01/07/2015	EDIOURO GRÁFICA E EDITORIA LTDA	230/13	Tomada de Preços	Serv. de Fotolito e Rodagem do JE	R\$ 4.931,67
06/07/2015	INFOLINK (**)	047/05	Dispensa de licitação	Hospedagem do site do CORECON- RJ e adminitração de contas de email	R\$ 150,00
05/08/2015	SODEXHO PASS (**)	144/12	Tomada de Preços	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$15.500,00
27/08/2015	CDL RIO	341/12	Dispensa de licitação	Assinatura de site de busca para SEREG	R\$ 65,00
03/11/2015	LOREDANO CÁSSIO SILVA FILHO	425/14	Dispensa de licitação	Charges para o JE	R\$ 1.000,00
31/10/2015	CAIXA SEGUROS (*)	080/05	Dispensa de licitação	Seguro de vida para estagiários	R\$ 240,00
03/11/2015	GVT - GLOBAL VILLAGE TELECOM	026/04	Dispensa de licitação	Serviços de Acesso a Internet	R\$ 220,00
20/12/2015	PORTO SEGURO (*)	100/03	Dispensa de licitação	Seguro do 16º e 19º andar	R\$ 2.043,00
31/12/2015	DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	696/13	Tomada de Preços	Edição e Diagramação do JE	R\$ 5.210,17
26/03/2015	PARCEIRA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA	53/2014	Tomada de Preços	Contratação de Mão-de- obra temporária - Recepção	R\$ 3.000,00
31/12/2015	ÁGGORA SOLUÇÕES LTDA	719/13	Tomada de Preços	Manutenção do Website do CORECON- RJ	R\$ 1.382,29
Até encerramento do processo	HUMBERTO JANSEN MACHADO	007/98	Carta-convite	Assessoria Jurídica referente ao	R\$ 3.620,00

				Processo movido pelo ex-empregado Walter Tauil	
--	--	--	--	--	--

(*) Valor já quitado em 2014

(**) Estimativa. Valor pode variar em função da quantidade

(***) Média mensal de 2014

d) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela entidade: Vide Anexo V.

4.3 – Transferência de Recursos:

Informações sobre Transferências								
Modalidade	Nº do Processo	Beneficiário	Valores Pactuados	Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
Convênio	001-A/01	ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS-AEPET	R\$15.600,00	R\$ 15.600,00	R\$ 15.600,00	2001	2015	Vigente
Convênio	142/14	CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO	R\$10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	2014	2014	Encerrado
Convênio	219/13	INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA - IMD	R\$12.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00	2013	2015	Vigente

- ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS - AEPET: Patrocínio mensal do programa de rádio “Faixa Livre” transmitido pela Rádio Livre (1440 AM – Rio de Janeiro). Valor mensal: R\$1.300,00;
- CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO: Apoio institucional ao II Congresso Internacional do Centro Celso Furtado – Um Novo Desenvolvimento para uma Nova Democracia. Valor repassado: R\$10.000,00;
- INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA – IMD: Apoio institucional para pesquisa “Estado e Grupos Econômicos no Brasil”. Convênio prevê entrega de artigos que serão veiculados no website do CORECON-RJ e no Jornal dos Economistas. Os valores são repassados após o recebimento de cada artigo – R\$1.000,00.

5 – Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados:

5.1 – Estrutura de Pessoal e Força de Trabalho

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2014, o CORECON-RJ possuía 24 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALISSON SOUZA CUNHA	11/06/1973 (41 anos)	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	02/02/1959 (56 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/CONVÊNIOS	Nível Médio Completo
MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	17/04/1966 (48 anos)	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	15/12/1971 (43 anos)	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo
WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	21/10/1959 (55 anos)	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE REGISTRO					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CARLA ALESSANDRA B. DA S. PEÇANHA	03/11/1984 (30 anos)	26/03/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo



CORECON RJ

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	14/01/1965 (50 anos)	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo
JOSIVALDO DE LIRA	29/01/1969 (46 anos)	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo
KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	12/09/1976 (38 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	15/10/1965 (49 anos)	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo
SILVIA MARIA NORONHA MUSSUMESCI	18/03/1964 (50anos)	23/12/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Superior Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	06/03/1984 (30 anos)	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
GABRIELA ELISE AUDEL	09/06/1988 (26 anos)	19/08/2014	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSORA DE FISCALIZAÇÃO I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
GUSTAVO JOSÉ DOS SANTOS LOPES	05/03/1988 (26 anos)	04/08/2014	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
MARCIO SANTOS AYALA	15/05/1984 (30 anos)	21/10/2014	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	25/07/1985 (28 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE CURSOS					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	10/08/1976 (38 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	28/03/1970 (44 anos)	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/CURSOS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
DOMINGOS DA SILVA MATOS	24/02/1957 (58 anos)	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	22/12/1958 (56 anos)	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	05/04/1979 (35 anos)	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo
VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	27/01/1985 (30 anos)	02/06/2014	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ COMPRAS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA BIBLIOTECA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/04/1988 (26 anos)	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	BIBLIOTECÁRIA I/BIBLIOTECA	Superior Completo

MARIA DA GUIA MARCOS DOS SANTOS	04/05/1958 (56 anos)	01/05/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/BIBLIOTECA	Superior Completo
---------------------------------------	-------------------------	------------	-----	---	-------------------

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o CORECON-RJ conta com vinte empregados efetivos e quatro comissionados. Todos os quatro comissionados foram contratados em 2014.

Além do quadro funcional próprio, o CORECON-RJ conta, dentro de suas dependências, com quatro estagiários, dois técnicos de informática terceirizados e uma recepcionista terceirizada. Dos quatro estagiários contratados, três são cedidos ao Fórum Popular do Orçamento (entidade subsidiada pelo CORECON-RJ) e um estagiário está lotado na Biblioteca.

NOME	Nº PROCESSO	LOTAÇÃO
MONIQUE SOUZA ASSIS (até abril/2014)	680/2013	Fórum Popular do Orçamento
CAMILA BOCKHORNY MENDES (a partir de maio/2014)	680/2013	Fórum Popular do Orçamento
MARIANA VANTINE DA LARA VILLELA	680/2013	Fórum Popular do Orçamento
KARINA SOUZA DE MELO	680/2013	Fórum Popular do Orçamento
RODRIGO VIGUEIRA DE ASSIS	337/2013	Biblioteca

b) Processo de Ingresso de Empregados:

Conforme mencionado no item anterior, foram contratados, em 2014, quatro empregados em cargos de comissão. Em função da decisão do MM Juiz Federal Renato Cesar Pessanha de Souza, da 8ª Vara Federal (Processo nº 0012556-16.2010.4.02.5101), apoiado posteriormente pelo Pleno daquela instância, o CORECON-RJ foi proibido de contratar empregados aprovados em concursos públicos que prevejam contratação pelo regime celetista. O referido processo, em fase de recurso, trata do regime trabalhista a ser aplicado aos Conselhos de Fiscalização Profissional. A decisão preliminar do MM Juiz Federal indicou que o regime Estatutário deveria ser aplicado ao CORECON-RJ, em contraposição ao entendimento do Tribunal de Contas da União.

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos	4	3	8	5	0
Empregados Comissionados	4	0	0	0	0
Total	8	3	8	5	0

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior
Empregados Efetivos	0	0	0	1	9	10
Empregados Comissionados	0	0	0	0	2	2
Total	0	0	0	1	11	12

Despesas com Pessoal	
Vencimentos	Valores
Salários e Gratificações	R\$ 1.171.792,09
Férias e 13º Salário	R\$ 142.043,43
Indenizações	R\$ 37.749,18
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 158.251,33
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 180.454,78
INSS	R\$ 334.515,00
FGTS	R\$ 103.492,59
Demais Despesas (Auxílio Creche e Reajuste por mérito)	R\$ 26.639,48
TOTAL	R\$ 2.154.937,88

c) Programa de Estágio e Terceirização da Mão de Obra:

Conforme mencionado anteriormente, o CORECON-RJ conta com quatro estagiários contratados. Três são cedidos ao Fórum Popular do Orçamento (entidade subsidiada

pelo CORECON-RJ) e um estagiário está lotado na Biblioteca. A contratação é feita através de processos seletivos que envolvem análise curricular, provas e entrevistas.

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		Despesa do Exercício
	1º Semestre	2º Semestre	
Nível Superior	4	4	R\$ 33.930,14
Nível Médio	0	0	R\$ -
Total	4	4	R\$ 33.930,14

Em relação aos contratos terceirizados, o CORECON-RJ possui dois contratos de mão-de-obra residente: recepção e informática. Os dados dos contratos são representados na tabela abaixo:

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2013	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 35.185.480/0001-07	2013	2015	0	1	1	Ativo Prorrogado
2014	5- Recepção	Ordinária	Prestação de serviço de recepcionista, com mão-de-obra residente, em caráter temporário	PARCERIA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA - CNPJ: 01.253.339/0001-62	2014	2015	0	1	0	Ativo Prorrogado

5.2 – Desoneração da Folha de Pagamento

O contrato firmado com a NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA (CNPJ: 35.185.480/0001-07) foi celebrado dentro da vigência da Lei nº 12.546/11, de forma que a empresa considerou, em sua proposta na licitação, os efeitos da desoneração na sua estrutura de custos.

6 – Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle

6.1 – Tratamento das Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

Não houve recomendações por parte do TCU.

6.2 – Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

6.2.1 – Tratamento das Recomendações da Comissão de Tomada de Contas – CTC

Não houve recomendações por parte da Comissão de Tomada de Contas do CORECON-RJ. A prestação de contas foi aprovada pela Comissão por unanimidade e submetida ao Plenário do CORECON-RJ que, por sua vez, também aprovou as contas de 2014.

6.2.2 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Externa e da CTC/COFECON

Não houve recomendações por parte da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon.

6.3 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não se aplica. Não houve qualquer ocorrência de dano ao erário do CORECON-RJ.

7 – Informações contábeis:

7.1 – Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade: Ainda não

implementado totalmente. O Conselho Federal de Economia não definiu os parâmetros necessários para depreciação, amortização e exaustão de bens.

7.2 – Demonstrações Contábeis:

BALANÇO PATRIMONIAL				EXERCÍCIO DE 2014	
(JANEIRO A DEZEMBRO)					
A T I V O		P A S S I V O			
TÍTULOS	VALORES	TÍTULOS	VALORES		
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL		DÍVIDA FLUTUANTE			
BANCOS C/ MOVIMENTO	1.565,70	RESTO À PAGAR	4.405,42		
BANCOS C/ ARRECAÇÃO	151.016,31	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	254.890,36		
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	-	CONSIGNAÇÕES	-		
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	400,00	CREDORES DA ENTIDADE	-		
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA		ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	30.495,52	289.791,30	
BANCOS C/VINC. A APLIC. FINANCEIRA	5.915.155,42				
REALIZÁVEL		RESULTADO PENDENTE			
DEVEDORES DA ENTEIDADE	250,00	DESPESAS DE PESSOAL À PAGAR	195.900,27		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	391,47	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	400,00	196.300,27	
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	9.134,22				
RESULTADO PENDENTE					
DESPESAS A REGULARIZAR	-				
DEPÓSITOS JUDICIAIS	37.553,80				
	6.115.466,92				
ATIVO PERMANENTE		SOMA DO PASSIVO REAL			486.091,57
BENS PATRIMONIAIS		SALDO PATRIMONIAL			
BENS MOVEIS	362.165,76	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)		24.600.546,68	
BENS IMÓVEIS	#####				
VALORES					
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	1.117,64				
ALMOXARIFADOS	48.557,20				
CRÉDITOS					
DÍVIDA ATIVA	17.282.152,15				
SOMA DO ATIVO REAL	25.086.638,25				
SALDO PATRIMONIAL					
PATRIMÔNIO(PASSIVO REAL A DESCOBERTO)					
	-				
TOTAL GERAL	25.086.638,25	TOTAL GERAL	25.086.638,25		



CORECON RJ

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

BALANÇO FINANCEIRO (JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2014

RECEITAS	VALORES			DESPESAS	VALORES		
	TÍTULOS	R\$	R\$		TÍTULOS	R\$	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.683.907,51			DESPESAS DE CUSTEIO	3.522.712,42		
RECEITAS PATRIMONIAIS	444.118,78			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	924.135,77	4.446.848,19	
RECEITAS DE SERVIÇOS	70.463,21						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-			DESPESAS DE CAPITAL			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	855.286,28	5.053.775,78		INVESTIMENTOS	46.238,89		
				INVERSÕES FINANCEIRAS	-	46.238,89	4.493.087,08
RECEITAS DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE BENS				DESPESAS EXTRA - ORÇAMENTÁRIAS			
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-			DEVEDORES DA ENTIDADE		42.889,07	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	5.053.775,78	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS		426,28	
				ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		445.844,18	
RECEITAS EXTRA - ORÇAMENTÁRIAS				DESPESAS JUDICIAIS		213,16	
DEVEDORES DA ENTIDADE		42.889,07		RESTOS A PAGAR		3.903,99	
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS		34,81		DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		5.260,66	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		442.469,84		CONSIGNAÇÕES		718.359,30	
DESPESAS JUDICIAIS		213,16		CREDORES DA ENTIDADE		116.785,89	
RESTOS A PAGAR		4.405,42		ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS		1.387.712,08	
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		248.033,65		DESPESAS DE PESSOAL À PAGAR		280.190,03	
CONSIGNAÇÕES		709.831,96		DESP. DE SUPRIM. A COMPROVAR		400,00	
CREDORES DA ENTIDADE		116.785,89		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		342,61	
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS		1.351.083,06		DÍVIDA FLUANTE ANULADA		-	3.002.327,25
DESPESAS DE PESSOAL À PAGAR		355.204,89					
DESP. DE SUPRIM. A COMPROVAR		400,00		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		-		BANCOS C/MOVIMENTO		1.565,70	
DÍVIDA FLUANTE ANULADA		-	3.271.351,75	BANCOS C/ARRECAÇÃO		151.016,31	
				DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO		-	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				RESPONS. P/SUPRIMENTOS		400,00	
BANCOS C/MOVIMENTO		11.792,78		BANCOS C/VINC. APLIC. FINANC		5.915.155,42	6.068.137,43
BANCOS C/ARRECAÇÃO		90.356,69					
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO		-					
RESPONS. P/SUPRIMENTOS		400,00					
BANCOS C/VINC. APLIC. FINANC		5.135.874,76	5.238.424,23				
TOTAL GERAL			13.563.551,76	TOTAL GERAL			13.563.551,76

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2014

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS				
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA				
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO:	3.683.907,51			DESPESAS DE CUSTEIO	3.522.712,42			
RECEITAS PATRIMONIAIS	444.118,78			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	<u>924.135,77</u>	4.446.848,19		
RECEITAS DE SERVIÇOS	70.463,21							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTE:	-			DESPESAS DE CAPITAL				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	<u>855.286,28</u>	5.053.775,78		INVESTIMENTOS	46.238,89			
				INVERSÕES FINANCEIRAS	-	46.238,89	4.493.087,08	
RECEITAS DE CAPITAL				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				
ALIENAÇÃO DE BENS				COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA				
ALIENAÇÃO DE BENS MOV	-		5.053.775,78	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	565.387,61		
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓV	-			ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-			
				DIVERSOS	-		565.387,61	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				INDEP DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	23.929,20			CANCELAMENTO DE CRÉDITOS	580.881,52			
CONST. E AQUIS. DE BENS IMÓVEIS	22.309,69			DIVERSOS	19.719,80			
ALMOXARIFADO	<u>51.173,16</u>	97.412,05		SUPERVINIÊNCIAS DIVERSAS	-			
				ALMOXARIFADO	<u>44.986,54</u>	645.587,86		
INDEP DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS				
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	1.388.200,74						<u>5.704.062,55</u>	
INCORPORAÇÃO DE BENS	-			RESULTADO PATRIMONIAL				
DÍVIDA FLUTUANTE ANULADA	-			DÉFICIT VERIFICADO				
DE OUTRAS DÍVIDAS PASSIVAS	-	1.388.200,74			835.326,02	835.326,02		
				TOTAL GERAL				
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			<u>6.539.388,57</u>	TOTAL GERAL				<u>6.539.388,57</u>
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL				
DÉFICIT VERIFICADO				SUPERÁVIT VERIFICADO				
		-	-					
TOTAL GERAL			<u>6.539.388,57</u>	TOTAL GERAL				<u>6.539.388,57</u>

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2014

EXECUÇÃO - COMPROMETIMENTO DE RECEITA				EXECUÇÃO - DESPESA AUTORIZADA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$		R\$	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES	5.697.000,00	5.053.775,78	643.224,22	DESPESAS CORRENTES	6.524.000,00	4.446.848,19	2.077.151,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.157.000,00	3.683.907,51	473.092,49	DESPESAS DE CUSTEIO	5.481.000,00	3.522.712,42	1.958.287,58
RECEITAS PATRIMONIAIS	429.000,00	444.118,78	(15.118,78)	TRANSFERENCIAS CORRENTE:	1.043.000,00	924.135,77	118.864,23
RECEITAS DE SERVIÇOS	92.000,00	70.463,21	21.536,79				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.000,00	-	6.000,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.013.000,00	855.286,28	157.713,72				
RECEITAS DE CAPITAL	972.000,00	-	972.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	145.000,00	46.238,89	98.761,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	INVESTIMENTOS	145.000,00	46.238,89	98.761,11
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	-	2.000,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-				
TRANSF. DE CAPITAL	-	-	-				
OUTRAS REC. DE CAPITAL	970.000,00	-	970.000,00				
SUBTOTAIS	6.669.000,00	5.053.775,78	1.615.224,22	SUBTOTAIS	6.669.000,00	4.493.087,08	2.175.912,92
DÉFICIT	-	-	-	SUPERÁVIT	-	560.688,70	560.688,70
TOTAL GERAL	6.669.000,00	5.053.775,78	1.615.224,22	TOTAL GERAL	6.669.000,00	5.053.775,78	1.615.224,22

7.3 – Relatório da auditoria independente: A legislação não prevê auditoria independente. Em seu lugar são consideradas as avaliações da Comissão de Tomada de Contas. Vide Anexo VI.

8 – Outras informações sobre a gestão

Não se aplica

Resultados e Conclusões

De uma forma geral, os objetivos traçados para o exercício de 2014 foram concluídos com sucesso ou, em alguns casos, estão em andamento. Destacamos que a situação administrativa e financeira do CORECON-RJ, conforme descrita neste relatório, encontra-se controlada e sólida. Concluímos que a Gestão de 2014 obteve êxito em todos os sentidos, principalmente no que diz respeito à fiscalização e valorização da profissão de economista.

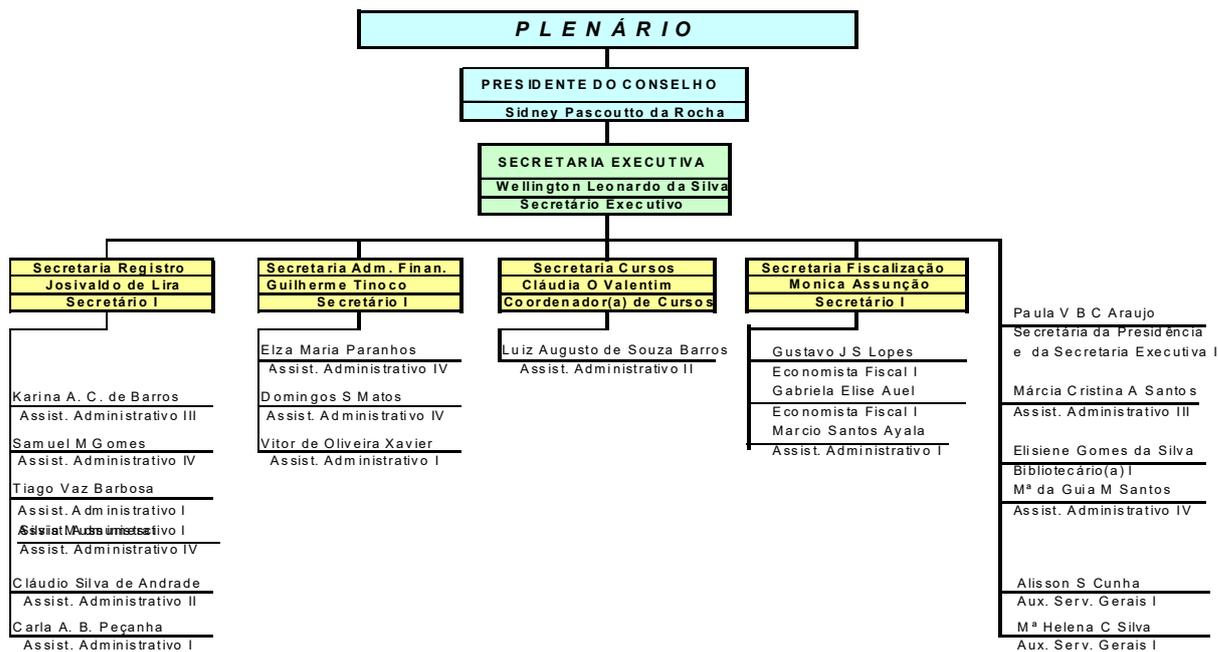
Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2014

Sidney Pascoutto da Rocha
Presidente

Anexo I

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2014



Anexo II

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA (JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2014 ELEMENTO	ORÇAMENTO DO ANO	ARRECADADO NO ANO	VALORES EM R\$ 1,00 DIFERENÇA	
			PARA +	PARA -
RECEITAS CORRENTES				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES				
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.157.000,00	3.683.907,51	-	473.092,49
SUB-SOMA	4.157.000,00	3.683.907,51	-	473.092,49
RECEITAS PATRIMONIAIS				
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	429.000,00	444.118,78	-	(15.118,78)
SUB-SOMA	429.000,00	444.118,78	-	(15.118,78)
RECEITAS DE SERVIÇOS				
RENDAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	92.000,00	70.463,21	-	21.536,79
SUB-SOMA	92.000,00	70.463,21	-	21.536,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.000,00	-	-	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.000,00	-	-	3.000,00
SUB-SOMA	6.000,00	-	-	6.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
MULTAS E JUROS DE MORA	65.000,00	25.415,31	-	39.584,69
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	585.000,00	565.387,61	-	19.612,39
RECEITAS DIVERSAS	363.000,00	264.483,36	-	98.516,64
SUB-SOMA	1.013.000,00	855.286,28	-	157.713,72
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	5.697.000,00	5.053.775,78	-	643.224,22
RECEITAS DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE BENS				
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	2.000,00	-	-	2.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	-	-
SUB-SOMA	2.000,00	-	-	2.000,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	-	-	2.000,00
TOTAL GERAL	5.699.000,00	5.053.775,78	-	645.224,22
Crédito Adicional - Lei 4320/64-Art. 43, § 1º, Inc.	970.000	-	-	970.000,00
TOTAL (APÓS CRÉDITO ADICIONAL)	6.669.000,00	5.053.775,78	-	1.615.224,22

Anexo III

RECEITA		
Classificação	2013	2014
Receitas Correntes	R\$ 4.853.120,34	R\$ 5.053.775,78
Receita de Contribuições	R\$ 3.577.439,02	R\$ 3.683.907,51
Receita Patrimonial	R\$ 350.830,41	R\$ 444.118,78
Receita de Serviços	R\$ 81.172,17	R\$ 70.463,21
Outras Receitas Correntes	R\$ 843.678,74	R\$ 855.286,28
Multa sobre o Exercício Ilegal da Profissão	R\$ 50.986,03	R\$ 25.415,31
Receita de Dívida Ativa	R\$ 537.902,89	R\$ 565.387,61
Receitas Diversas	R\$ 254.789,82	R\$ 264.483,36
Receita de Capital	R\$ -	R\$ -
Total de Receitas	R\$ 4.853.120,34	R\$ 5.053.775,78

DESPESA		
Classificação	2013	2014
Despesas Correntes	R\$ 5.013.932,18	R\$ 4.446.848,19
Despesas de Pessoal	R\$ 2.774.634,58	R\$ 2.089.322,90
Material de Consumo	R\$ 53.560,57	R\$ 46.020,88
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$.290.220,11	R\$ 1.387.368,64
Transferências Correntes	R\$ 895.516,92	R\$ 924.135,77
Despesas de Capital	R\$ 54.232,13	R\$ 46.238,89
Total de Despesas	R\$ 5.068.164,31	R\$ 4.493.087,08

Anexo IV

**COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
(JANEIRO A DEZEMBRO)**

EXERCÍCIO DE 2014

VALORES EM R\$ 1,00

DESPESA	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	
			PARA +	PARA -
DESPESAS CORRENTES				
DESPESAS DE CUSTEIO				
PESSOAL	3.276.000,00	2.089.322,90	-	1.186.677,10
MATERIAL DE CONSUMO	72.000,00	46.020,88	-	25.979,12
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	2.129.000,00	1.387.368,64	-	741.631,36
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	4.000,00	-	-	4.000,00
SUB-SOMA	5.481.000,00	3.522.712,42	-	1.958.287,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.026.000,00	911.571,19	-	114.428,81
CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	15.000,00	12.564,58	-	2.435,42
DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.000,00	-	-	2.000,00
SUB-SOMA	1.043.000,00	924.135,77	-	118.864,23
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.524.000,00	4.446.848,19	-	2.077.151,81
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS				
OBRAS E INSTALAÇÕES	70.000,00	22.309,69	-	47.690,31
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	75.000,00	23.929,20	-	51.070,80
SUB-SOMA	145.000,00	46.238,89	-	98.761,11
INVERSÕES FINANCEIRAS				
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	-	-	-	-
SUB-SOMA	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	145.000,00	46.238,89	-	98.761,11
TOTAL GERAL	6.669.000,00	4.493.087,08	-	2.175.912,92

Anexo V

BALANÇO FINANCEIRO
(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2014

RECEITAS		VALORES			DESPESAS		VALORES		
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA					
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES					
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.683.907,51			DESPESAS DE CUSTEIO	3.522.712,42				
RECEITAS PATRIMONIAIS	444.118,78			TRANSFERENCIAS CORREN	924.135,77	4.446.848,19			
RECEITAS DE SERVIÇOS	70.463,21								
TRANSFERENCIAS CORRENTES	-			DESPESAS DE CAPITAL					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	855.286,28	5.053.775,78		INVESTIMENTOS	46.238,89				
				INVERSÕES FINANCEIRAS	-	46.238,89	4.493.087,08		
RECEITAS DE CAPITAL									
ALIENAÇÃO DE BENS									
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	-								
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	5.053.775,78						
				DESPESAS EXTRA - ORÇAMENTARIAS					
RECEITAS EXTRA - ORÇAMENTARIAS				DEVEDORES DA ENTIDADE		42.889,07			
DEVEDORES DA ENTIDADE		42.889,07		ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS		426,28			
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS		34,81		ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		445.844,18			
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		442.469,84		DESPESAS JUDICIAIS		213,16			
DESPESAS JUDICIAIS		213,16		RESTOS A PAGAR		3.903,99			
RESTOS A PAGAR		4.405,42		DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		5.260,66			
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		248.033,65		CONSIGNAÇÕES		718.359,30			
CONSIGNAÇÕES		709.831,96		CREDORES DA ENTIDADE		116.785,89			
CREDORES DA ENTIDADE		116.785,89		ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS		1.387.712,08			
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS		1.351.083,06		DESPESAS DE PESSOAL À PAGAR		280.190,03			
DESPESAS DE PESSOAL À PAGAR		355.204,89		DESP.DE SUPRIM.A COMPROVAR		400,00			
DESP.DE SUPRIM.A COMPROVAR		400,00		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		342,61			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		-		DÍVIDA FLUANTE ANULADA		-	3.002.327,25		
DÍVIDA FLUANTE ANULADA		-	3.271.351,75						
				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE					
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				BANCOS C/MOVIMENTO		1.565,70			
BANCOS C/MOVIMENTO		11.792,78		BANCOS C/ARRECADÇÃO		151.016,31			
BANCOS C/ARRECADÇÃO		90.356,69		DINSPONIBILIDADE EM TRÂNSITO		-			
DINSPONIBILIDADE EM TRÂNSITO		-		RESPONS. P/SUPRIMENTOS		400,00			
RESPONS. P/SUPRIMENTOS		400,00		BANCOS C/VINC.APLIC.FINANC		5.915.155,42	6.068.137,43		
BANCOS C/VINC.APLIC.FINANC		5.135.874,76	5.238.424,23						
TOTAL GERAL			13.563.551,76	TOTAL GERAL			13.563.551,76		

Anexo VI

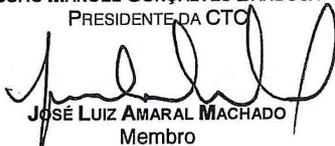
660ª Sessão Plenária

PARECER DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS - CTC

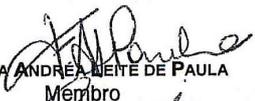
Esta Comissão, em cumprimento aos dispostos: no § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do Cofecon aprovado pela Resolução nº 1.832/2010; e nos itens de I a VII do artigo 4º do Manual de Procedimentos Contábeis e Financeiros do Sistema COFECON/CORECONs aprovado pela Resolução nº 1.841/2010; e em decorrência da designação da Presidência deste Conselho Federal de Economia, através da Portaria nº 03 de 31/01/2014; e ainda, considerando o Parecer Técnico da Assessoria Contábil (fls.51/53), e após exame do **Processo nº 16.763/14** do **CORECON-RJ** que trata do Balancete do 3º Trimestre do Exercício de 2014.

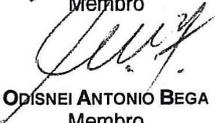
Submete os presentes autos à digna plenária opinando pela sua referida **homologação**.

Brasília – DF; 29 de novembro de 2014.

JOÃO MANOEL GONÇALVES BARBOSA
PRESIDENTE DA CTC

JOSÉ LUIZ AMARAL MACHADO
Membro

NEI JORGE CORREIA CARDIM
Membro


FABIOLA ANDRÉA LEITE DE PAULA
Membro


ODISNEI ANTONIO BEGA
Membro

NELSON PAMPLONA DA ROSA
Membro